



Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor
Independente



Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos patrimoniais da controladora e do consolidado.....	9
Demonstrações dos resultados dos exercícios da controladora e consolidado	11
Demonstrações dos resultados abrangentes da controladora e do consolidado	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa da controladora e do consolidado	14
Demonstrações dos valores adicionados (informação adicional) da controladora e do consolidado ...	16
Notas explicativas integrantes às demonstrações contábeis	18

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Tegma Gestão Logística S.A.

São Bernardo do Campo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da **Tegma Gestão Logística S.A.** ("**Companhia**"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Tegma Gestão Logística S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à **Companhia** e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Aquisição da Catlog Logística de Transportes S.A.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, ocorreu a aquisição de 51% da Catlog Logística de Transportes S.A. (“Catlog”), em 15 de setembro de 2022, pelo montante de R\$ 2.498 mil. A Catlog foi responsável pela logística de veículos até o ano de 2014, ano este cujo principal e único contrato da investida foi rescindido e, desde lá, a investida permanece inativa. Na data da aquisição, a Catlog detinha, praticamente, créditos fiscais no montante de R\$ 8.049 mil, fato que a **Companhia** classificou com uma compra de ativo. A transação envolveu, entre outros, a elaboração de laudo de avaliação patrimonial, bem como, estudos e definição de planos para retomar a operação da Catlog, de forma a viabilizar a utilização dos créditos fiscais, além do processo de classificação adotada pela **Companhia** e sua relevância para as demonstrações contábeis.

Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria devido à complexidade inerente de julgamento relevante da Administração da **Companhia** quanto ao tratamento contábil e avaliação do referido plano de negócios, assim como, a relevância dessa transação ocorrida em 2022.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Leitura do contrato e atas de reunião de aprovação relacionadas com a transação;
- Avaliação da política contábil adotada pela Companhia;
- Verificação e análise do laudo de avaliação contábil da adquirida, quanto as práticas contábeis adotadas pela empresa adquirida se são condizentes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*;
- Entendimento e análise do plano de negócios de retomada da Catlog com base nos relatórios de análise apresentados; e
- Avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria supramencionados, consideramos que os julgamentos utilizados pela Administração no processo de classificação da aquisição, mensuração do laudo de avaliação contábil da adquirida e do plano de retomada de operação da investida, são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Avaliação de *impairment* ativo imobilizado e intangível, principalmente àqueles com vida útil indefinida

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 10 e 11 às demonstrações contábeis consolidadas, a **Companhia** possui ativo imobilizado e intangível, nos montantes de R\$ 107.896 mil (controladora) e de R\$ 225.154 mil (consolidado) e R\$ 168.995 mil (controladora) e R\$ 176.104 mil (consolidado), respectivamente, em 31 de dezembro de 2022. A maior parte dos bens e direitos envolvidos estão relacionados as suas operações mercantis das UGCs e incluem ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01(R1)/IAS36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Já os demais ativos no caso de existência de indícios de *impairment*. Conforme mencionado nas referidas notas explicativas, a **Companhia** e suas controladas realizam teste de *impairment*, que envolve alto grau de julgamento de estimativas por parte da Administração, baseado no método do fluxo de caixa descontado, no qual leva em consideração diversas premissas, tais como: taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico, entre outros. Sendo assim, esse assunto foi considerado pela auditoria, como uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos na elaboração dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, tais como projeções de demanda de mercado, margens operacionais e taxas de desconto que podem alterar significativamente a expectativa de realização dos referidos ativos.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação quanto à indícios internos ou externos que pudessem trazer evidências da ocorrência de desvalorização dos ativos;
- Revisão do teste de recuperabilidade dos ativos, avaliando as premissas e metodologia usadas pela Administração da **Companhia** e suas controladas com base nos relatórios de análise apresentados;
- Contínuo desafio das premissas utilizadas pela Administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que deveriam ser revisadas, tais como: crescimento de receitas, custos e despesas, e diversos outros indicadores de inflação e de preços;
- Revisão dos parâmetros de definição da taxa do custo médio ponderado de capital (WACC);
- Recálculo do teste de recuperabilidade; e
- Avaliação se as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apropriadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela **Companhia** para avaliar o valor recuperável dos referidos ativos, assim como, o cálculo de teste de recuperabilidade é consistente com os parâmetros determinados pela **Companhia**, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, apropriadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da **Companhia** e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da **Companhia** e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Companhia** e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a **Companhia** e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Companhia** e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Companhia** e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Companhia** e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Companhia** e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Tel.: +55 11 3848 5880

Fax: + 55 11 3045 7363

www.bdo.com.br

Rua Major Quedinho 90

Consolação - São Paulo, SP - Brasil

01050-030

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de março de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares

Contador CRC 1 SP 120458/O-6

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	131.031	99.935	190.299	147.128
Contas a receber de clientes	6	268.382	216.810	314.053	302.669
Estoques (almoxarifado)		500	539	1.004	1.251
Imposto de renda e contribuição social	17	987	252	2.263	1.157
Impostos e contribuições a recuperar	7	2.182	30.561	24.726	43.369
Demais contas a receber	8	9.053	7.460	15.269	8.891
Dividendos a receber		-	663	-	-
Partes relacionadas	26	949	2.426	181	94
Despesas antecipadas		4.332	1.907	4.922	2.620
Total do ativo circulante		417.416	360.553	552.717	507.179
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Demais contas a receber	8	25	-	1.485	1.461
Imposto de renda e contribuição social	17	13.842	12.919	13.842	12.919
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.517	6.411	19.812	9.705
Partes relacionadas	26	1.115	1.115	1.115	1.115
Títulos e valores mobiliários	26	-	-	-	3.636
Ativo fiscal diferido	17	-	-	5.654	9.259
Depósitos judiciais	16	15.914	15.430	18.781	18.172
Total do realizável a longo prazo		32.413	35.875	60.689	56.267
Investimentos	9	300.704	307.899	47.950	40.073
Imobilizado	10	107.896	88.706	225.154	206.881
Intangível	11	168.995	165.966	176.104	172.553
Direito de uso	13	52.813	53.522	48.466	61.825
Total do ativo não circulante		662.821	651.968	558.363	537.599
Total do ativo		1.080.237	1.012.521	1.111.080	1.044.778

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	59.172	63.886	59.172	63.886
Arrendamento	13	26.995	27.981	33.050	30.845
Fornecedores		15.618	3.481	18.017	7.538
Fretes a pagar		25.510	36.304	31.389	40.300
Tributos a recolher	14	17.898	13.970	21.043	16.183
Salários e encargos sociais	15	23.544	21.173	26.361	24.456
Demais contas a pagar	18	28.310	23.556	39.126	27.057
Partes relacionadas	26	1.546	412	806	141
Imposto de renda e contribuição social	17	8.952	7.147	11.401	9.324
Total do passivo circulante		207.545	197.910	240.365	219.730
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	42.568	65.000	42.568	65.000
Arrendamento	13	30.674	32.059	20.513	38.882
Partes relacionadas	26	504	532	524	551
Passivo fiscal diferido	17	5.404	5.572	8.875	5.572
Provisões para demandas judiciais	16	24.627	27.802	28.382	30.830
Passivo atuarial		2.726	2.912	2.726	2.912
Total do passivo não circulante		106.503	133.877	103.588	143.747
Total do passivo		314.048	331.787	343.953	363.477
Patrimônio líquido	19				
Capital social		318.524	318.524	318.524	318.524
Reservas de lucros		410.601	342.489	410.601	342.489
Ações em tesouraria		(343)	(342)	(343)	(342)
Ajuste de avaliação patrimonial		(2.156)	(2.276)	(2.156)	(2.276)
Dividendos adicionais propostos		39.563	22.339	39.563	22.339
		766.189	680.734	766.189	680.734
Participação dos não controladores		-	-	938	567
Total do patrimônio líquido		766.189	680.734	767.127	681.301
Total do passivo e patrimônio líquido		1.080.237	1.012.521	1.111.080	1.044.778

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Receita líquida dos serviços prestados	21	1.128.360	825.248	1.370.509	1.007.343
Custo dos serviços prestados	22	(906.495)	(671.728)	(1.095.830)	(819.405)
Lucro bruto		221.865	153.520	274.679	187.938
Despesas gerais e administrativas	22	(80.718)	(75.599)	(82.464)	(76.483)
Despesas comerciais	22	(515)	(503)	(1.815)	(1.266)
(Perda) ganho por redução ao valor recuperável de contas a receber	22	(215)	(874)	(407)	(1.139)
Outras receitas operacionais líquidas	23	(4.540)	2.643	616	9.116
		(85.988)	(74.333)	(84.070)	(69.772)
Lucro operacional		135.877	79.187	190.609	118.166
Resultado de equivalência patrimonial	9	56.431	40.662	10.573	9.243
Resultado financeiro	24				
Receitas financeiras		14.827	12.053	28.703	18.260
Despesas financeiras		(18.899)	(20.488)	(21.990)	(21.283)
		(4.072)	(8.435)	6.713	(3.023)
Lucro antes dos impostos		188.236	111.414	207.895	124.386
Imposto de renda e contribuição social	17				
Corrente		(29.171)	3.163	(42.882)	(5.456)
Diferido		231	(6.484)	(5.349)	(11.145)
		(28.940)	(3.321)	(48.231)	(16.601)
Lucro líquido do período		159.296	108.093	159.664	107.785
Atribuível aos:					
Acionistas controladores				159.296	108.093
Acionistas não controladores				368	(308)
				159.664	107.785
Lucro líquido por ação:	25				
Lucro por ação - básico (em Reais)				2,42	1,64
Lucro por ação - diluído (em Reais)				2,42	1,64

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado.

	Controladora		Consolidado	
	De janeiro de 2022 a dezembro de 2022	De janeiro de 2021 a dezembro de 2021	De janeiro de 2022 a dezembro de 2022	De janeiro de 2021 a dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício	159.296	108.093	159.664	107.785
Outros resultados abrangentes:				
Constituição de passivo atuarial	186	(462)	186	(462)
Tributos diferidos sobre passivo atuarial	(63)	157	(63)	157
Alteração de participação societária em controlada	(3)	(354)	(3)	(455)
Resultado abrangente total	159.416	107.434	159.784	107.025
Atribuível aos:				
Acionistas controladores			159.416	107.434
Acionistas não controladores			368	(409)
			159.784	107.025

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado

Atribuível aos controladores da Tegma Gestão Logística S.A.

	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos adicionais propostos	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Retenção de lucros						
Saldos em 1º de janeiro de 2021	318.524	(342)	32.575	58.238	204.744	-	(1.617)	12.541	624.663	976	625.639
Resultados abrangentes	-	-	-	-	-	108.093	-	-	108.093	(308)	107.785
Outros	-	-	-	-	453	-	(354)	-	99	(101)	(2)
Constituição de passivo atuarial	-	-	-	-	-	-	(462)	-	(462)	-	(462)
Tributos diferidos sobre passivo atuarial	-	-	-	-	-	-	157	-	157	-	157
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	(12.541)	(12.541)	-	(12.541)
Incentivos fiscais	-	-	-	15.485	-	(15.485)	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	5.405	-	64.864	(70.269)	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(39.275)	(22.339)	-	22.339	(39.275)	-	(39.275)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	318.524	(342)	37.980	73.723	230.786	-	(2.276)	22.339	680.734	567	681.301
Saldos em 1º de janeiro de 2022	318.524	(342)	37.980	73.723	230.786	-	(2.276)	22.339	680.734	567	681.301
Resultados abrangentes	-	-	-	-	-	159.296	-	-	159.296	368	159.664
Constituição de passivo atuarial	-	-	-	-	-	-	186	-	186	-	186
Tributos diferidos sobre passivo atuarial	-	-	-	-	-	-	(63)	-	(63)	-	(63)
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	(22.339)	(22.339)	-	(22.339)
Incentivos fiscais	-	-	-	21.298	-	(21.298)	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	7.965	-	90.473	(98.438)	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(51.624)	(39.563)	-	39.563	(51.624)	-	(51.624)
Transação de capital	-	(1)	-	-	-	3	(3)	-	(1)	3	2
Saldos em 31 de dezembro de 2022	318.524	(343)	45.945	95.021	269.635	-	(2.156)	39.563	766.189	938	767.127

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		De janeiro de 2022 a dezembro de 2022	De janeiro de 2021 a dezembro de 2021	De janeiro de 2022 a dezembro de 2022	De janeiro de 2021 a dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício		159.296	108.093	159.664	107.785
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	22	17.081	16.699	22.125	22.015
Amortização direito de uso	22	26.432	24.808	30.970	28.850
Perda (ganho) na venda de bens	23	50	(58)	184	414
Provisão para demandas judiciais		6.362	4.390	6.852	4.935
Ganho na compra/venda de participação acionária		(847)	-	(847)	(2.592)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		215	874	407	1.139
Equivalência patrimonial	9	(56.431)	(40.662)	(10.573)	(9.243)
Juros, variações monetárias e cambiais					
sobre empréstimos e debêntures	12	11.580	10.267	11.580	10.267
Juros sobre arrendamento	24	4.665	4.568	5.252	5.021
Créditos fiscais extemporâneos	23 e 24	-	-	(15.341)	(8.978)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(231)	6.484	5.349	11.145
		168.172	135.463	215.622	170.758
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber		(51.787)	(41.578)	(11.811)	(91.670)
Impostos a recuperar		45.426	(2.923)	57.831	3.987
Depósitos judiciais		(695)	(567)	14	(391)
Demais ativos		(3.660)	(2.684)	(7.673)	(1.598)
Fornecedores e fretes a pagar		(13.239)	12.293	(13.336)	15.345
Salários e encargos sociais		2.371	3.297	1.890	3.715
Partes relacionadas		2.583	(1.842)	551	148
Outras obrigações e tributos a recolher		7.854	(547)	13.468	(3.794)
		(11.147)	(34.551)	40.934	(74.258)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		157.025	100.912	256.556	96.500
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	12	(11.294)	(9.443)	(11.294)	(9.443)
Juros pagos sobre debêntures	12	-	(744)	-	(744)
Juros pagos sobre arrendamento	13	(5.637)	(5.304)	(7.023)	(5.630)
Demandas judiciais pagas	16	(9.326)	(9.781)	(9.576)	(10.611)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.787)	(7.316)	(20.873)	(16.571)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		121.981	68.324	207.790	53.501

	Nota	Controladora		Consolidado	
		De janeiro de 2022 a dezembro de 2022	De janeiro de 2021 a dezembro de 2021	De janeiro de 2022 a dezembro de 2022	De janeiro de 2021 a dezembro de 2021
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Redução (aumento) de capital em controladas	9	16.314	(29.720)	-	-
Caixa e equivalentes de caixa - Catlog Logística de Transportes S.A		-	-	524	-
Dividendos recebidos	9	51.317	19.306	6.682	6.588
Aquisição de intangível	11	(7.201)	(5.173)	(7.736)	(5.276)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	10	(19.050)	(19.549)	(22.365)	(23.308)
Alienação de investimentos		-	-	-	3.775
Recebimento pela venda de bens		1.337	184	622	831
Pagamento na aquisição de investimentos		(1.866)	-	(5.866)	-
Caixa líquido provenientes (utilizados) nas atividades de investimento		40.851	(34.952)	(28.139)	(17.390)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos		(73.963)	(51.816)	(73.963)	(51.816)
Captação empréstimos e financiamentos		32.568	-	32.568	-
Pagamento de debêntures		-	(25.005)	-	(25.005)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	12	(60.000)	(40.000)	(60.000)	(40.000)
Pagamento de arrendamento	13	(30.341)	(27.979)	(35.085)	(32.549)
Caixa líquido utilizados nas atividades de financiamento		(131.736)	(144.800)	(136.480)	(149.370)
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa		31.096	(111.428)	43.171	(113.259)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		99.935	211.363	147.128	260.387
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		131.031	99.935	190.299	147.128
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa		31.096	(111.428)	43.171	(113.259)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		De janeiro de 2022 a dezembro de 2022	De janeiro de 2021 a dezembro de 2021	De janeiro de 2022 a dezembro de 2022	De janeiro de 2021 a dezembro de 2021
Receitas					
Vendas brutas de serviços, líquidos dos descontos	21	1.327.986	971.769	1.609.169	1.182.077
Outras receitas		2.166	6.579	11.367	11.436
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(215)	(874)	(407)	(1.139)
		1.329.937	977.474	1.620.129	1.192.374
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos serviços prestados		(768.310)	(555.261)	(908.125)	(657.749)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais		(114.559)	(91.669)	(147.570)	(112.766)
		(882.869)	(646.930)	(1.055.695)	(770.515)
Valor adicionado bruto					
		447.068	330.544	564.434	421.859
Depreciação e amortização	22	(17.081)	(16.699)	(22.125)	(22.015)
Amortização direito de uso	22	(26.432)	(24.808)	(30.970)	(28.850)
		(43.513)	(41.507)	(53.095)	(50.865)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia					
		403.555	289.037	511.339	370.994
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	9	56.431	40.662	10.573	9.243
Receitas financeiras	24	14.827	12.053	28.703	18.260
		71.258	52.715	39.276	27.503
Valor adicionado total a distribuir					
		474.813	341.752	550.615	398.497

Nota	Controladora		Consolidado	
	De janeiro de 2022 a dezembro de 2022	De janeiro de 2021 a dezembro de 2021	De janeiro de 2022 a dezembro de 2022	De janeiro de 2021 a dezembro de 2021
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	95.769	80.354	114.304	96.885
Benefícios	20.460	17.931	25.563	22.991
FGTS	5.555	5.091	6.775	6.380
	121.784	103.376	146.642	126.256
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	79.898	41.200	112.751	63.880
Estaduais	86.933	64.200	97.982	72.223
Municipais	2.780	2.158	5.854	4.584
	169.611	107.558	216.587	140.687
Remuneração de capitais de terceiros / Financiadores				
Juros e variações cambiais	18.899	20.488	21.990	21.283
Aluguéis	5.223	2.237	5.732	2.486
	24.122	22.725	27.722	23.769
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos e juros sobre capital próprio	51.624	39.275	51.624	39.275
Lucro retidos dos acionistas controladores	107.672	68.818	107.672	68.818
Participação dos acionistas não controladores	-	-	368	(308)
	159.296	108.093	159.664	107.785
Valor adicionado distribuído	474.813	341.752	550.615	398.497

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado.

1 Contexto operacional

A Tegma Gestão Logística S.A. ("Controladora") e suas empresas Controladas ("Companhia") têm entre seus principais objetivos a prestação de serviços com foco nas áreas de gestão logística, transporte e armazenagem em diversos setores da economia, tais como: automotivo, bens de consumo, químicos e eletrodomésticos.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, registrada no segmento especial do mercado de ações da B3, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação TGMA3, e está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no seu Estatuto Social.

A Companhia é composta por duas divisões: logística automotiva e logística integrada.

Os serviços da Companhia na divisão de logística automotiva compreendem:

- **Transporte rodoviário:** Transferência e distribuição de veículos zero-quilômetro e usados; e Transferências portuárias
- **Serviços Logísticos:** Gestão de estoques e de pátios de montadoras de veículos; e Serviços de preparação de veículos para venda.

Os serviços da Companhia na divisão de logística integrada compreendem:

- **Transporte rodoviário:** *milk run* (sistema de coletas programadas de materiais, que utiliza um único equipamento de transporte do operador logístico, para realizar as coletas em dois ou mais fornecedores e entregar os materiais no destino final, sempre em horários pré-estabelecidos); *full truck load* (é o tipo de carga homogênea, geralmente com volume suficiente para preencher completamente uma caçamba ou o baú de um caminhão), transferência de granéis sólidos/líquidos e de peças entre as plantas dos clientes e fornecedores;
- **Armazenagem geral e alfandegada:** englobando armazenagem e gestão de peças e componentes, *cross docking* (sistema de distribuição no qual a mercadoria recebida, em um armazém ou Centro de Distribuição, não é estocada mas sim imediatamente preparada para o carregamento da entrega), *picking* ou separação e preparação de pedidos (na recolha em armazém de certos produtos, podendo ser diferentes em categoria e quantidades, face a pedido de um cliente, de forma a satisfazer o mesmo), manuseio e preparação, armazenagem de granéis químicos líquidos e sólidos, armazenagem *in-house* (na estrutura do cliente), armazenagem de veículos e armazenagem alfandegada dentro de estruturas adequadas à legislação de entrepostos aduaneiros (por meio da *joint venture* GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A.);
- **Gestão logística:** envolvendo controle de estoques, abastecimento de linha de produção *just in time*, gestão de embalagens retornáveis, gestão de peças e componentes, gerenciamento de estoque de mercadorias nacionais e importadas e logística reversa.

2 Relação de entidades controladas, coligada e empreendimentos controlados em conjunto

A Companhia possui os seguintes investimentos:

	Participação		Relacionamento
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	
Tegma Cargas Especiais Ltda. ("TCE")	100%	100%	Controlada direta
Tegma Logística de Armazéns Ltda. ("TLA")	100%	100%	Controlada direta
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda. ("Tegmax")	100%	100%	Controlada direta
Tegma Logística de Veículos Ltda. ("TLV")	100%	100%	Controlada direta
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda. ("Niyati")	100%	100%	Controlada direta
TegUp Inovação e Tecnologia Ltda. ("TegUp") (i)	100%	100%	Controlada direta

Tech Cargo Plataforma de Transportes Ltda. ("Tech Cargo")	100%	100%	Controlada direta
Catlog Logística de Transportes S.A. ("Catlog") (ii)	100%	49%	Controlada direta
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. ("GDL")	50%	50%	Empreendimento controlado em conjunto
Fastline Logística Automotiva Ltda ("Fastline") (iii)	83%	83%	Controlada indireta
Rabbot Technologies Ltd (iv)	16%	-	Coligada indireta

- (i) A TegUp, controlada direta da Companhia, tem o objetivo de trazer inovação em logística, agindo como aceleradora de startups. Anualmente é realizado um ciclo de programa de aceleração para prospecção de empresas transformadoras, que ofereçam produtos, serviços e inovação relacionados ao universo da logística digital e dos transportes.

Em 02 de dezembro de 2021, foi alienada a participação da controlada TegUp Inovação e Tecnologia Ltda. na coligada Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A.

- (ii) Em 15 de setembro de 2022, a Companhia adquiriu 51% na participação da empresa coligada Catlog Logística de Transporte S.A., totalizando 100% da participação societária, tornando-a controlada direta da Companhia. A Catlog foi responsável por operações de logística de veículos até o ano de 2014, ano este cujo principal e único contrato da empresa foi rescindido e, desde lá, a empresa permaneceu inativa. A aquisição das ações remanescentes da Catlog faz parte de um plano de simplificação societária e utilização de ativos. Para tanto, será realizada a transferência de contratos da operação de logística de veículos da Companhia para a Catlog, que portanto, retomará suas operações.
- (iii) A Tegma Logística de Veículos Ltda. controlada direta da Companhia, constituiu a "Fastline" (antiga Stork Express) que desenvolve a atividade de transporte rodoviário de cargas, exceto de produtos perigosos.
- (iv) Em abril de 2022 a TegUp, controlada direta da Companhia converteu as debêntures que detinha da Rabbot Serviços de Tecnologia Ltda. em ações, posteriormente adquiriu ações de outros investidores, aumentando a sua participação na Rabbot, conforme descrito na nota explicativa nº 9 item ii.

3 Bases para preparação e políticas contábeis

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC) e também de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 09 de março de 2023.

As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota Explicativa nº 3.1 (a).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Nota explicativa nº 4.e – análise de sensibilidade de instrumentos financeiros;

Nota explicativa nº 6 - reconhecimento e mensuração das perdas de crédito estimadas;

Nota explicativa nº 9 e 11 - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio;

Nota explicativa nº 10 e 11 – definição de vida útil do imobilizado e intangível;

Nota explicativa nº 13 – reconhecimento e mensuração de arrendamento mercantil;

Nota explicativa nº 16 – reconhecimento e mensuração de provisões para demandas judiciais;

Nota explicativa nº 17 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos.

d. Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas Controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros.

A Companhia e suas Controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Uma equipe de avaliação possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

O método de apuração do valor justo utilizado pela Companhia e suas Controladas consiste em realizar a projeção a valor futuro com base nas condições contratadas e posteriormente calcular a valor presente descontando as curvas estabelecidas em cada contrato.

Para maiores detalhes sobre os níveis de mensuração do valor justo, veja a Nota nº 4 (g).

3.1 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas Controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Já aquelas relacionadas a diferentes aspectos das demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. Ressalta-se que políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Mudanças nas principais políticas contábeis

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações foram efetivas no ano de 2022, porem nenhuma delas geraram impactos nos processos da Companhia, abaixo relação:

As alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 06 (R2), CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1) são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contratos Onerosos - Custo de cumprimento de um contrato (Alterações à IAS 37/ CPC 25);
- Alteração na norma IAS 16/ CPC 27 Imobilizado – Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso.
- Melhorias anuais ao ciclo IFRS: Alterações nas normas IFRS 1/ CPC 43, abordando aspectos de adoção em controlada; Alterações na norma IFRS 9/ CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16/ CPC 06, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41/ CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo.
- Alteração na norma IFRS 3/ CPC 15 – inclui alinhamentos conceituais com a estrutura conceitual das IFRS;

As principais políticas contábeis, bem como a mensuração de estimativas não sofreram alterações significativas.

a Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia e suas controladas não adotaram antecipadamente essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

As normas alteradas e interpretações citadas a seguir, não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas Controladas.

- Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 – altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como “valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração”.
- Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 – traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação.
- Alteração na norma IFRS 17/ CPC 50 – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4/ CPC 11 – Contratos de Seguro.
- Alteração na norma IFRS 10/ CPC 36 – R3 e IAS 28/ CPC 18 - R2 – tratam situações entre investidor, coligadas ou *joint venture*, ganhos e perdas resultantes na perda de controle, na remensuração de investimento entre outros aspectos relacionados.
- Alteração na norma IAS 1/ CPC 26 - R1 – divulgação de políticas contábeis referente a julgamento da materialidade, alterando o requerimento para divulgação políticas contábeis significativas para políticas contábeis relevantes.
- Alteração na norma IAS 1/ CPC 26 - R1 - Alteração classificação de passivos como circulante ou não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante.

b Base de consolidação

(i) Controladas e investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas Controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordos de acionistas, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 2 – Relação de entidades controladas – e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas, com exceção da GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (“GDL”) considerada como empreendimento controlado em conjunto que têm seus resultados considerados nas demonstrações financeiras consolidadas com base no método da equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e da controlada em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os investimentos em controladas e controladas em conjunto estão apresentados na nota explicativa nº 9 – Investimentos.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

c Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional (Real), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e demais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

d Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas Controladas se tornaram parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas Controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas Controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do

resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas Controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas Controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas Controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas Controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota para derivativos designados como instrumentos de *hedge*.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia e suas Controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas Controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas Controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas Controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas Controladas também desreconhecem

um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas Controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) **Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia manteve instrumento financeiro derivativo de *hedge* financeiro para proteção a exposição de risco de taxa de câmbio. Esse instrumento financeiro derivativo foi reconhecido inicialmente pelo valor justo na data da contratação e, posteriormente, remensurado pelo valor justo periodicamente, sendo registrados separadamente o objeto de *hedge* e o instrumento financeiro derivativo. Estes contratos possuíam os mesmos prazos.

No início da operação o objeto de *hedge* e o instrumento financeiro derivativo foram documentados conforme a seguir:

- (a) objetivo e descrição do *hedge*;
- (b) a identificação do objeto de *hedge* e a natureza dos riscos protegidos;
- (c) identificação do instrumento financeiro;
- (d) índice de cobertura;
- (e) demonstração da efetividade prospectiva.

Desse modo foram categorizados e registrados seguindo os critérios de contabilização de *hedge*. A Companhia possuía uma única operação com instrumento financeiro derivativo e enquadrava-se na classificação de *hedge* de fluxo de caixa, desse modo seu valor justo foi registrado em outros resultados abrangentes (patrimônio líquido).

e Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f Demonstrações de valor adicionado

A Companhia e suas Controladas elaboraram demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPC aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

4 Gestão de risco financeiro

A gestão de riscos é realizada pela tesouraria central da Companhia, sendo avaliadas e definidas estratégias de proteção contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a. Risco de mercado - Taxa de câmbio

O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos em operações com moedas diferentes da moeda funcional.

Em julho de 2020, a Companhia obteve linha de crédito concedida sob os benefícios da Lei 4.131, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

b. Risco de mercado - Taxa básica de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos circulantes e não circulantes. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de variação de taxa de juros e seu impacto sobre o de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

O risco de taxa de juros da Companhia é representado pela exposição à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a taxa básica de juros Selic A seguir está demonstrada a exposição a risco de juros das operações vinculadas à essas variações:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Empréstimos e financiamentos	12	(101.740)	(128.886)	(101.740)	(128.886)
Aplicações financeiras	5	129.953	99.275	188.735	145.942
Exposição líquida		28.213	(29.611)	86.995	17.056

c. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições financeiras são aceitos somente títulos de entidades independentes classificadas com "rating" mínimo "A" na escala das agências Standard & Poor's, Fitch Ratings e Moody's. As aplicações são distribuídas entre as diversas instituições bancárias, evitando a concentração superior a 30% do caixa em cada uma delas. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais de clientes são determinados com base em classificações internas. As práticas de gestão de risco de crédito incluindo métodos e premissas estão descritas nas notas explicativas nº 5 e 6. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A exposição da Companhia está demonstrada a seguir:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Caixa e equivalentes de caixa	5	131.031	99.935	190.299	147.128
Contas a receber de clientes	6	268.382	216.810	314.053	302.669
		399.413	316.745	504.352	449.797

d. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e consolidada pela tesouraria.

Através dessa previsão, a tesouraria monitora a disponibilidade de caixa para atender as necessidades operacionais e financeiras da Companhia, mantendo e contratando linhas de crédito disponíveis em níveis adequados.

O caixa é investido em operações financeiras conservadoras e com liquidez de curtíssimo prazo para fazer face às previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir ilustra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são fluxos de caixas não descontados e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Controladora						
	Nota	Valor contábil	Fluxo financeiro	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 6 anos
Empréstimos e financiamentos	12	101.740	115.041	69.133	15.549	30.359
Arrendamento	13	57.669	61.927	29.648	16.390	8.632
Fornecedores e fretes a pagar		41.128	41.128	41.128	-	-
Demais contas a pagar	18	28.310	28.310	28.310	-	-
Partes relacionadas	26	2.050	2.050	1.546	504	-
Em 31 de dezembro de 2022		230.897	248.456	169.765	32.443	38.991

Controladora						
	Nota	Valor contábil	Fluxo financeiro	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 6 anos
Empréstimos e financiamentos	12	128.886	142.462	70.190	61.774	10.498
Arrendamento	13	60.040	61.198	30.637	23.799	6.762
Fornecedores e fretes a pagar		39.785	39.785	39.785	-	-
Demais contas a pagar	18	23.556	23.556	23.556	-	-
Partes relacionadas	26	944	944	412	532	-
Em 31 de dezembro de 2021		253.211	267.945	164.580	86.105	17.260

Consolidado						
	Nota	Valor contábil	Fluxo financeiro	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 6 anos
Empréstimos e financiamentos	12	101.740	115.041	69.133	15.549	30.359
Arrendamento	13	53.563	57.969	36.464	10.877	10.628
Fornecedores e fretes a pagar		49.406	49.406	49.406	-	-
Demais contas a pagar	18	39.126	39.126	35.749	3.377	-
Partes relacionadas	26	1.330	1.330	806	524	-
Em 31 de dezembro de 2022		245.165	262.872	191.558	30.327	40.987

Consolidado						
	Nota	Valor contábil	Fluxo financeiro	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 6 anos
Empréstimos e financiamentos	12	128.886	142.462	70.190	61.774	10.498
Arrendamento	13	69.727	70.647	33.170	29.738	7.739
Fornecedores e fretes a pagar		47.838	47.838	47.838	-	-
Demais contas a pagar	18	27.057	27.057	27.057	-	-
Partes relacionadas	26	692	692	141	551	-
Em 31 de dezembro de 2021		274.200	288.696	178.396	92.063	18.237

e. Análise de sensibilidade

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia. Considerando que tanto o valor aplicado quanto todas as dívidas da Companhia (empréstimos, financiamentos e debêntures) estão atreladas ao CDI (13,65% a.a. em 31 de dezembro de 2022 e 9,15% a.a. em 31 de dezembro de 2021) e a Selic (13,75% a.a. em 31 de dezembro de 2022 e 9,25% em dezembro de 2021).

De acordo com a avaliação efetuada pela Administração o cenário mais provável (Cenário I) apresenta o impacto anual considerando a manutenção do CDI e da Selic. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar os impactos de um aumento de 25% e 50% nas variáveis de risco consideradas. São eles os Cenários II e III, respectivamente. Dessa forma, para essa análise, consideramos para o cálculo do risco de exposição líquida um aumento do passivo, ou seja, apreciativo

do CDI e da Selic.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido com base no CDI e na Selic dos cenários apresentados em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora			Consolidado		
	Cenário Provável (I)	Cenário Possível (II) 25%	Cenário Remoto (III) 50%	Cenário Provável (I)	Cenário Possível (II) 25%	Cenário Remoto (III) 50%
Aplicações Financeiras	17.975	22.468	26.962	26.007	32.509	39.011
Receitas	17.975	22.468	26.962	26.007	32.509	39.011
NCE Bradesco	(3.063)	(3.770)	(4.477)	(3.063)	(3.770)	(4.477)
Finame BNDES	(5.003)	(6.131)	(7.259)	(5.003)	(6.131)	(7.259)
4131 Santander	(6.998)	(8.462)	(9.926)	(6.998)	(8.462)	(9.926)
CCB Safra	(880)	(1.062)	(1.243)	(880)	(1.062)	(1.243)
Despesas	(15.944)	(19.425)	(22.905)	(15.944)	(19.425)	(22.905)
Efeito líquido no resultado e no Patrimônio Líquido	2.031	3.043	4.057	10.063	13.084	16.106

f. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos circulantes e não circulantes, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Já o capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida, conforme segue:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Empréstimos e financiamentos	12	101.740	128.886	101.740	128.886
Caixa e equivalentes de caixa	5	(131.031)	(99.935)	(190.299)	(147.128)
Dívida líquida		(29.291)	28.951	(88.559)	(18.242)
Total do patrimônio líquido		766.189	680.734	767.127	681.301
Total das fontes de capital		736.898	709.685	678.568	663.059
Índice de alavancagem financeira		(4,0%)	4,1%	(13,1%)	(2,8%)

g. Classificação dos instrumentos financeiros

O CPC 40 (R1) (IFRS 7) define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço pago para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo, a saber:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** Outras informações, exceto aquelas incluídas no nível 1, pelo qual os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares, (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços), em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado.
- **Nível 3:** Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e

que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis).

A metodologia aplicada para cálculo do valor justo é levar a valor futuro pela curva do CDI ou Selic, considerando o percentual do indexador contratado e depois trazer a valor presente descontando por 100% da curva do CDI ou Selic, já quando há operações de moeda estrangeira levar a valor futuro pela taxa pré contratada e trazer a valor presente descontando pela curva do cupom cambial (diferencial da taxa de juros interna e da variação cambial projetada) a partir da taxa do dólar PTAX de venda do dia útil anterior à data base do cálculo (conhecido no mercado financeiro como “Cupom Sujo”).

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos classificados em outras categorias além das informadas:

Controladora							
Em 31 de dezembro de 2022				Em 31 de dezembro de 2021			
Nota	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo	
Ativos							
Valor justo por meio do resultado							
Aplicações financeiras	5	129.953	129.953	Nível 1	99.276	99.276	Nível 1
Ativos pelo custo amortizado							
Recursos em bancos e em caixa	5	1.078	1.078	Nível 1	659	659	Nível 1
Contas a receber de clientes	6	268.382	268.382	Nível 2	216.810	216.810	Nível 2
Partes relacionadas	26	2.064	2.064	Nível 2	3.541	3.541	Nível 2
Demais contas a receber	8	598	598	Nível 2	299	299	Nível 2
		402.075	402.075		320.585	320.585	
Passivos							
Passivos pelo custo amortizado							
Empréstimos e financiamentos	12	(101.740)	(105.617)	Nível 2	(128.886)	(131.522)	Nível 2
Arrendamento	13	(57.669)	(57.669)	Nível 3	(60.040)	(60.040)	Nível 3
Fornecedores e fretes a pagar		(41.128)	(41.128)	Nível 2	(39.785)	(39.785)	Nível 2
Demais contas a pagar	18	(28.310)	(28.310)	Nível 2	(23.556)	(23.556)	Nível 2
Partes relacionadas	26	(2.050)	(2.050)	Nível 2	(944)	(944)	Nível 2
		(230.897)	(234.774)		(253.211)	(255.847)	

Consolidado							
Em 31 de dezembro de 2022				Em 31 de dezembro de 2021			
Nota	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo	
Ativos							
Valor justo por meio do resultado							
Aplicações financeiras	5	188.735	188.735	Nível 1	145.942	145.942	Nível 1
Ativos pelo custo amortizado							
Recursos em bancos e em caixa	5	1.564	1.564	Nível 1	1.186	1.186	Nível 1
Contas a receber de clientes	6	314.053	314.053	Nível 2	302.669	302.669	Nível 2
Partes relacionadas	26	1.296	1.296	Nível 2	1.209	1.209	Nível 2
Demais contas a receber	8	2.342	2.342	Nível 2	1.798	1.798	Nível 2
		507.990	507.990		452.804	452.804	
Passivos							
Passivos pelo custo amortizado							
Empréstimos e financiamentos	12	(101.740)	(105.617)	Nível 2	(128.886)	(131.522)	Nível 2
Arrendamento	13	(53.563)	(53.563)	Nível 3	(69.727)	(69.727)	Nível 3
Fornecedores e fretes a pagar		(49.406)	(49.406)	Nível 2	(47.838)	(47.838)	Nível 2
Demais contas a pagar	18	(39.126)	(39.126)	Nível 2	(27.057)	(27.057)	Nível 2
Partes relacionadas	26	(1.330)	(1.330)	Nível 2	(692)	(692)	Nível 2
		(245.165)	(249.042)		(274.200)	(276.836)	

5 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos da Companhia e de suas Controladas e não constituem um investimento visando auferir ganhos. A rubrica inclui o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Recursos em banco e em caixa	1.078	659	1.564	1.186
Aplicações financeiras	129.953	99.276	188.735	145.942
	131.031	99.935	190.299	147.128

As aplicações financeiras são de curtíssimo prazo, alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras estão representadas por operações com liquidez imediata, com remuneração média de 100,95% para os prazos estabelecidos em 31 de dezembro de 2022 (101,15% em 31 de dezembro 2021) da variação do índice do CDI.

A Companhia adota uma gestão de caixa centralizada na Controladora, apesar do caixa consolidado ser distribuído entre suas Controladas.

A análise de sensibilidade da Companhia é divulgada na nota explicativa nº 4.e.

6 Contas a receber de clientes

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores decorrentes da prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e de suas Controladas. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo dos serviços, deduzidas as perdas estimadas quando requerida.

A Companhia e suas Controladas avaliam no final de cada período se há evidência de que a qualidade do crédito do ativo financeiro é considerada deteriorada.

A Companhia considera nas suas avaliações a abordagem de perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes para constituição de perda estimada, com base no histórico de perdas incorridas e a expectativa de continuidade de seus clientes.

As perdas esperadas são reconhecidas com base nas contas a receber em atraso (*aging-list*) levando-se em conta o histórico de perdas da Companhia, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias são integralmente provisionados. Nesta avaliação são excluídos os clientes que não possuem histórico de perdas.

Caso o valor originalmente provisionado seja recebido, a Companhia efetua uma reversão da perda estimada. Quando não há expectativa de recebimento dos valores, a Companhia reconhece a perda efetiva dos títulos, revertendo igualmente a provisão constituída.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Clientes nacionais	269.179	217.645	315.085	303.600
Provisão de créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	(797)	(835)	(1.032)	(931)
	268.382	216.810	314.053	302.669

Em 31 de dezembro de 2022 o prazo médio de recebimento é de aproximadamente 56 dias para a Controladora e 56 dias para o Consolidado (60 dias para a Controladora e 72 dias para o Consolidado em 31 de dezembro de 2021).

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Títulos a vencer	228.633	187.064	265.027	215.870
Títulos vencidos até 30 dias	23.641	21.753	30.917	28.486
Títulos vencidos de 31 até 90 dias	8.149	3.758	9.350	16.161
Títulos vencidos de 91 até 180 dias	4.175	2.525	4.633	23.055
Títulos vencidos há mais de 181 dias	4.581	2.545	5.158	20.028
	269.179	217.645	315.085	303.600

A movimentação da provisão de créditos de liquidação duvidosa (PCLD) da Companhia é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldos em 1º de janeiro	(835)	(242)	(931)	(288)
Adições	(1.320)	(1.042)	(1.580)	(1.476)
Reversões	1.358	449	1.479	833
Saldos em 31 de dezembro	(797)	(835)	(1.032)	(931)

A exposição máxima ao risco de crédito é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não mantém qualquer título como garantia.

7 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) a recuperar	1.832	6.555	4.861	9.984
Imposto de renda retido na fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras	467	414	842	646
Imposto de renda retido na fonte (IRRF) sobre serviços e outros	-	-	104	104
Programa de integração social (PIS) e Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) (i) (ii) (iii)	1.243	29.735	37.990	41.528
Outros	157	268	741	812
	3.699	36.972	44.538	53.074
Circulante	2.182	30.561	24.726	43.369
Não circulante	1.517	6.411	19.812	9.705
	3.699	36.972	44.538	53.074

- (i) Os créditos provenientes da exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo do PIS e da COFINS representam o maior valor dos tributos a recuperar da Companhia.

Em 15 de julho de 2019, foi constatado o trânsito em julgado de ação própria da Tegma Gestão Logística S.A. que reconheceu o direito da Controladora em realizar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, retroagindo a agosto de 2003. Por meio de um levantamento de documentos e cálculos ocorridos a partir da constatação do trânsito em julgado, a Controladora apurou um crédito de R\$ 103.406 (referente ao período de agosto de 2003 a novembro de 2018) que foi registrado na sua totalidade entre os exercícios de 2018 e 2019. Vale destacar que, desde dezembro de 2018, a Controladora passou a excluir o ICMS da base de cálculo da sua apuração de PIS e COFINS. O valor total dos créditos reconhecidos e devidamente habilitados junto à Receita Federal do Brasil (RFB) foram calculados a partir da exclusão do ICMS "destacado" nos documentos fiscais da base do PIS e COFINS.

Enquanto não havia a decisão do julgamento da modulação dos efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), a Administração decidiu, de forma conservadora, realizar a utilização desses créditos para fins de compensações tributárias até o montante do cálculo a partir da exclusão do ICMS "efetivamente pago" das referidas contribuições, no valor total de R\$ 78.112.

Em que pese a decisão em maio de 2021 do STF, que consolidou a apuração dos créditos por meio da exclusão do ICMS "destacado", a Companhia ficou impedida de utilizar esse crédito restante em razão do recebimento, em 16 de abril de 2021, de Termo de Fiscalização da RFB sobre os créditos apurados, nos termos do artigo 73, VII, da Lei 9.430/1996, alterada pela Lei 13.670/2018. Esse procedimento de fiscalização foi encerrado em 14 de junho de 2022, razão pela qual o impedimento temporário foi suspenso, voltando a Companhia a ter condições de utilizar esse crédito restante para fins de compensação com débitos tributários.

Em outubro de 2022 foi concluída a utilização do crédito (crédito residual em 31 de dezembro de 2021 R\$ 28.637).

- (ii) A controlada TCE possui ação sobre os créditos provenientes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS ainda não transitada em julgado. Em 30 de junho de 2021, a partir de uma análise interna e de seus assessores externos sobre a consolidação favorável da tese, a Companhia registrou esse crédito referente ao período de março de 2017, data do julgamento do tema em repercussão geral no STF, até dezembro de 2018 a partir da exclusão do ICMS "destacado" em seus documentos fiscais no valor de R\$ 838. A partir desse período, a Companhia passou a excluir o ICMS "efetivamente pago" de suas apurações até o mês de maio de 2021, quando o STF pacificou entendimento pela

metodologia de cálculo do crédito de PIS e COFINS a partir da exclusão do ICMS destacado. Em face dessa decisão, a Companhia registrou os valores de créditos decorrentes do período de agosto de 2003 (referente a cinco anos anteriores a propositura de sua ação judicial sobre o tema) até março de 2017 no valor de R\$ 8.978 já atualizados pela SELIC. Além disso, a Companhia registrou os valores decorrentes da diferença de cálculo do crédito entre a metodologia da exclusão do ICMS “destacado” e “efetivamente pago” referente ao período de dezembro de 2018 a abril de 2021. O valor total de créditos contabilizados até 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 11.266 (R\$ 10.479 em 31 de dezembro de 2021) na Controlada.

Os valores de impostos a recuperar foram gerados pela própria operação da Companhia serão compensados, quando houver o trânsito em julgado e a homologação dos mesmos, com débitos futuros da mesma natureza, dessa forma, os valores estão apresentados a valores de realização.

- (iii) Em setembro de 2022 o saldo de R\$ 8.413 foi acrescido ao consolidado por conta da aquisição da participação da Catlog, conforme descrito na nota explicativa nº 9 item (i). Esse montante refere-se aos créditos sobre o direito de excluir os valores de imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) nas bases de cálculo de apuração do PIS e da COFINS. Adicionalmente e, por meio de um levantamento de documentos e cálculos, validados por uma consultoria externa, em dezembro de 2022 a controlada registrou um crédito adicional de R\$ 15.341, sendo R\$ 9.187 de principal e R\$ 6.154 de atualização monetária, esse montante decorre da diferença entre a metodologia da exclusão do ICMS “destacado” e “efetivamente pago”.

8 Demais contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Ativo indenizatório	25	-	1.485	1.461
Adiantamento a fornecedores (i)	7.530	6.198	13.370	7.485
Adiantamento funcionários	950	963	1.042	1.069
Outros créditos	573	299	857	337
	9.078	7.460	16.754	10.352
Circulante	9.053	7.460	15.269	8.891
Não circulante	25	-	1.485	1.461
	9.078	7.460	16.754	10.352

- (i) O incremento do saldo se deve à implantação de um novo sistema eletrônico de adiantamento aos transportadores, o que otimizou o processo. Em 31 de dezembro de 2021 tais valores eram demonstrados em caixas e equivalentes de caixa. Adicionalmente, pôde-se observar o incremento dos adiantamentos a transportes, em linha com a evolução da receita da Companhia.

9 Investimentos

Controladas e empreendimentos controlados em conjunto

	Controladora					
	Em 31 de dezembro de 2022			Em 31 de dezembro de 2021		
	Investi mento	Ágio líquido	Total	Investi mento	Ágio líquido	Total
Controladas						
Tegma Cargas Especiais Ltda. (TCE)	62.977	6.363	69.340	66.212	6.364	72.576
Tegma Logística de Armazéns Ltda. (TLA)	15.708	-	15.708	14.650	-	14.650
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda. (Niyati)	105.659	-	105.659	109.416	-	109.416
Tech Cargo Plataforma de Transportes Ltda (Tech Cargo)	1	-	1	1	-	1
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda. (Tegmax)	1.374	-	1.374	1.343	-	1.343
Tegma Logística de Veículos Ltda. (TLV)	44.534	-	44.534	63.142	-	63.142
TegUp Inovação e Tecnologia Ltda. (TegUp)	7.542	-	7.542	6.698	-	6.698
Catlog Logística de Transportes S.A. (Catlog) (i)	15.485	-	15.485	-	-	-
	253.280	6.363	259.643	261.462	6.364	267.826
Empreendimentos controlados em conjunto						
Catlog Logística de Transportes S.A. (Catlog)	-	-	-	3.115	-	3.115
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (GDL)	24.368	16.693	41.061	20.265	16.693	36.958
	24.368	16.693	41.061	23.380	16.693	40.073
	277.648	23.056	300.704	284.842	23.057	307.899

	Consolidado					
	Em 31 de dezembro de 2022			Em 31 de dezembro de 2021		
	Investi mento	Ágio líquido	Total	Investi mento	Ágio líquido	Total
Empreendimentos controlados em conjunto						
Catlog Logística de Transportes S.A. (Catlog)	-	-	-	3.115	-	3.115
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (GDL)	24.368	16.693	41.061	20.265	16.693	36.958
	25.951	21.999	47.950	23.380	16.693	40.073
Coligada indireta						
Rabbot Technologies Ltd (ii)	1.583	5.306	6.889	-	-	-
	25.951	21.999	47.950	23.380	16.693	40.073

- (i) Conforme descrito na nota explicativa nº 2 item (ii) a Companhia adquiriu 51% das ações da Catlog Logística de Transporte S.A., passando a ter 100% de participação, e consequentemente tornando-a controlada direta. A Companhia classifica a aquisição como compra de ativo, considerando que a investida não possuía negócios em curso.

Seguem valores justos dessa transação, que são os valores contabilizados, em 31 de agosto de 2022 utilizados como base para aquisição.

Ativo		Passivo	
Caixa e equivalentes de caixa	525	Fornecedores	5
Contas a receber de clientes	(20)	Tributos a recolher	3
Impostos e contribuições a recuperar	8.456	Salários e encargos sociais	15
Demais contas a receber	1	Demais contas a pagar	543
		Partes relacionadas	6
Depósitos judiciais	116		
		Passivo fiscal diferido	1.495
		Provisões para demandas judiciais	453
Total do ativo	9.078	Total do passivo	2.520
		Total do ativo líquido	6.558

O valor justo do ativo líquido adquirido foi superior à contraprestação negociada, gerando um resultado positivo na compra, conforme apresentado na nota explicativa nº 23 item (iii) e demonstrado a seguir:

Participação nos ativos líquidos adquiridos 51%	3.345
Contraprestação	<u>2.498</u>
Resultado positivo	<u>847</u>

Desse modo, a partir de setembro de 2022 a Companhia passa deter 100% das ações e assim consolidar a Catlog Logística de Transporte S.A. O resultado via equivalência patrimonial passa a ser registrado em sua totalidade. Os valores da demonstração de resultado do período sob controle, considerados para consolidação em 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados a seguir:

Demonstração do Resultado

Despesas gerais e administrativas	(976)
Outras receitas operacionais	<u>5.807</u>

Lucro operacional **4.831**

Resultado financeiro

Receitas financeiras	6.369
Despesas financeiras	<u>(297)</u>
Resultado financeiro	<u>6.072</u>

Lucro antes dos impostos **10.903**

Imposto de renda e contribuição social (1.976)

Lucro líquido do período **8.927**

Já o montante de R\$ 99 referente ao resultado de 49% de participação do período anterior à aquisição, permanece registrado na equivalência patrimonial do período de janeiro a agosto de 2022.

- (ii) Conforme ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia do dia 20 de abril, a corporate venture TegUP converteu em ações as debêntures que detinha da Rabbot (saiba mais em <https://rabbot.co/>) e que foram emitidas em agosto de 2019 por um montante de R\$ 3.200.

Adicionalmente, em 9 de maio de 2022 a TegUp adquiriu ações de investidores anteriores da Rabbot no valor total de R\$ 4.000, que resultou na participação 16,2% na startup. A pretensão da Companhia é manter participação relevante e exercer direitos políticos e de governança na investida.

O processo de capitalização da Rabbot conta também com a realização de uma rodada de investimento "Série A" envolvendo o braço de inovação de uma grande instituição financeira. A holding Rabbot Technologies Ltd. está sediada nas Ilhas Cayman.

A Rabbot tem apresentado um crescimento consistente com seus planos e conquistando um mercado que apresenta grande potencial de crescimento, seja por causa do crescimento das frotas de empresas, seja pela necessidade de maior controle da rotina desses equipamentos e veículos.

A Companhia classifica seu investimento na Rabbot Technologies Ltd., como coligada indireta, através de sua controlada TegUP Inovação e Tecnologia Ltda. por ter influência significativa através de participação no Conselho de Administração, bem como no direito de participar nas decisões sobre dividendos e outras distribuições da investida conforme CPC 18 / IAS 28 – Investimento em Coligada, Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Movimentação dos investimentos

Controladora

	TCE	TLA	Niyati	Tech Cargo	Tegmax	TLV	TegUp	Catlog (i)	GDL	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	63.994	15.975	108.528	1	1.377	25.326	4.907	410	36.867	257.385
Equivalência patrimonial	18.582	(1.325)	3.574	-	(1)	8.657	1.791	2.705	6.679	40.662
Aumento (Redução) de capital	-	-	-	-	-	29.720	-	-	-	29.720
Dividendos	(10.000)	-	(2.686)	-	(33)	(662)	-	-	(6.588)	(19.969)
Outros	-	-	-	-	-	101	-	-	-	101
Saldo em 31 de dezembro de 2021	72.576	14.650	109.416	1	1.343	63.142	6.698	3.115	36.958	307.899
Saldo em 1º de janeiro de 2022	72.576	14.650	109.416	1	1.343	63.142	6.698	3.115	36.958	307.899
Equivalência patrimonial	17.365	1.058	5.383	-	31	13.340	(556)	9.025	10.785	56.431
Alteração de participação societária	-	-	-	-	-	661	-	-	-	661
Redução de capital	-	-	-	-	-	(17.714)	1.400	-	-	(16.314)
Dividendos recebidos	(20.600)	-	(9.140)	-	-	(14.895)	-	-	(6.682)	(51.317)
Outros (i)	(1)	-	-	-	-	-	-	3.345	-	3.344
Saldo em 31 de dezembro de 2022	69.340	15.708	105.659	1	1.374	44.534	7.542	15.485	41.061	300.704

(i) Montante acrescido ao consolidado por conta da aquisição da participação da Catlog, conforme descrito acima.

Consolidado

	2022				2021			
	Catlog (i)	GDL	Rabbot	Total	Catlog	GDL	Frete Rápido (i)	Total
Saldo em 1º de janeiro	3.115	36.958	-	40.073	410	36.867	815	38.092
Equivalência patrimonial	99	10.785	(311)	10.573	2.705	6.679	(141)	9.243
Dividendos	-	(6.682)	-	(6.682)	-	(6.588)	-	(6.588)
Aumento na participação societária	-	-	-	-	-	-	509	509
Aquisição na participação societária	-	-	7.200	7.200	-	-	-	-
Outros	(3.214)	-	-	(3.214)	-	-	-	-
Baixa na alienação de investimento	-	-	-	-	-	-	(1.183)	(1.183)
Saldo em 31 de dezembro	-	41.061	6.889	47.950	3.115	36.958	-	40.073

(ii) Em dezembro de 2021, a participação da controlada TegUp Inovação e Tecnologia Ltda. na coligada Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A. foi alienada.

Participação da Controladora nos resultados das Controladas diretas, todas sendo sociedades por cotas de participação limitada, como também no total de seus ativos, passivos e resultado:

	TCE	TLA	Niyati	Tech Cargo	Tegmax	TLV	TegUp	Catlog
Em 31 de dezembro de 2022								
Ativo	85.148	18.883	105.945	1	1.473	55.408	7.543	24.544
Passivo	22.171	3.175	286	-	99	10.874	1	9.058
Patrimônio líquido	62.977	15.708	105.659	1	1.374	44.534	7.542	15.486
Em 31 de dezembro de 2021								
Ativo	93.089	17.264	109.757	1	1.415	74.126	7.674	-
Passivo	26.877	2.614	341	-	72	10.984	976	-
Patrimônio líquido	66.212	14.650	109.416	1	1.343	63.142	6.698	-

De janeiro a dezembro de 2022

	TCE	TLA	Niyati	Tegmax	TLV	TegUp	Catlog
Receita líquida dos serviços prestados	109.239	7.702	8.043	-	105.680	-	-
Custo dos serviços prestados	(85.821)	(5.245)	(2.488)	-	(88.083)	-	-
Lucro bruto	23.418	2.457	5.555	-	17.597	-	-
Despesas gerais e administrativas	(455)	(76)	(2)	(45)	(127)	(65)	(976)
Outras (despesas) receitas líquidas	(410)	(96)	-	2	(42)	-	5.807
	(865)	(172)	(2)	(43)	(169)	(65)	4.831
Lucro (prejuízo) operacional	22.553	2.285	5.553	(43)	17.428	(65)	4.831
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	1.774	(311)	-
Resultado financeiro	2.276	761	1.082	84	(93)	(301)	6.072
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	24.829	3.046	6.635	41	19.109	(677)	10.903
Imposto de renda e contribuição social	(7.464)	(1.988)	(1.252)	(10)	(5.769)	121	(1.976)
Lucro (prejuízo) líquido do período	17.365	1.058	5.383	31	13.340	(556)	8.927

De janeiro a dezembro de 2021

	<u>TCE</u>	<u>TLA</u>	<u>Niyati</u>	<u>Tegmax</u>	<u>TLV</u>	<u>TegUp</u>
Receita líquida dos serviços prestados	91.519	2.322	8.266	-	82.168	17
Custo dos serviços prestados	(74.549)	(4.052)	(2.549)	(15)	(68.402)	-
Lucro (prejuízo) bruto	16.970	(1.730)	5.717	(15)	13.766	17
Despesas gerais e administrativas	(424)	(168)	(1)	(4)	(96)	(185)
Outras receitas (despesas) líquidas	5.442	(242)	(1.500)	(22)	-	2.590
	<u>5.018</u>	<u>(410)</u>	<u>(1.501)</u>	<u>(26)</u>	<u>(96)</u>	<u>2.405</u>
Lucro (prejuízo) operacional	21.988	(2.140)	4.216	(41)	13.670	2.422
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	(420)	(141)
Resultado financeiro	3.542	237	406	38	(28)	477
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	25.530	(1.903)	4.622	(3)	13.222	2.758
Imposto de renda e contribuição social	(6.948)	578	(1.048)	2	(4.565)	(967)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>18.582</u>	<u>(1.325)</u>	<u>3.574</u>	<u>(1)</u>	<u>8.657</u>	<u>1.791</u>

A seguir apresentamos os saldos totais das contas patrimoniais e de resultado (100%) da sociedade coligada e do empreendimento controlado em conjunto, respectivamente:

	<u>Catlog</u>	<u>GDL</u>
Em 31 de dezembro de 2022		
Ativo	-	69.173
Passivo	-	20.438
Patrimônio líquido	-	48.735
Em 31 de dezembro de 2021		
Ativo	9.147	54.972
Passivo	2.791	15.102
Patrimônio líquido	6.356	39.870

	De janeiro a dezembro de 2022		De janeiro a dezembro de 2021		Frete Rápido (ii)
	Catlog (i)	GDL	Catlog	GDL	
Receita líquida dos serviços prestados	-	117.636	-	91.376	2.958
Custo dos serviços prestados	-	(76.718)	-	(66.023)	(1.647)
Lucro bruto	-	40.918	-	25.353	1.311
Despesas gerais e administrativas	(152)	(8.661)	(405)	(6.496)	(879)
Outras despesas operacionais líquidas	11	-	2.097	-	-
	(141)	(8.661)	1.692	(6.496)	(879)
(Prejuízo) lucro operacional	(141)	32.257	1.692	18.857	432
Resultado financeiro	345	117	1.745	(234)	(33)
Lucro antes dos impostos	204	32.374	3.437	18.623	399
Imposto de renda e contribuição social	-	(10.805)	(733)	(5.207)	(135)
Lucro líquido do exercício	204	21.569	2.704	13.416	264

(i) O montante apresentado refere-se ao lucro líquido do período de janeiro a agosto de 2022.

(ii) A partir de novembro de 2020 a Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A. passou a ser coligada indireta da Companhia, por intermédio da "TegUp" em decorrência da conversão das debentures em ações. Contudo, o investimento nesta coligada indireta foi alienado em 02 de dezembro de 2021.

10 Imobilizado

Política contábil

Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui, quando aplicável, os custos de financiamento relacionados com a construção de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear, considerando os seus custos e os seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	% anual	
	2022	2021
Edifícios	4,0	4,0
Computadores e periféricos	24,0	25,0
Instalações	11,0	11,0
Veículos	13,0	13,0
Máquinas e equipamentos/ferramentas	12,0	10,0
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20,0	28,0
Móveis e utensílios e embalagens e outros	33,0	33,0

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas líquidas" na demonstração do resultado.

Movimentação do imobilizado

	Controladora									
	Terrenos	Edifícios	Computadores e periféricos	Instalações	Veículos	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Móveis, utensílios, embalagens e outros (i)	Imobilizado em andamento (ii)	Total
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2022	11.429	24.237	2.703	4.073	27.282	2.721	3.919	12.164	178	88.706
Aquisições	-	1.990	473	1.583	20.800	565	2.529	4.961	-	32.901
Alienações	-	-	-	-	(703)	(15)	(13)	(5)	-	(736)
Depreciação	-	(1.394)	(926)	(695)	(1.830)	(555)	(1.627)	(5.166)	-	(12.193)
Outros (iii)	-	-	-	-	(782)	-	-	-	-	(782)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	11.429	24.833	2.250	4.961	44.767	2.716	4.808	11.954	178	107.896
Saldos em 31 de dezembro de 2022										
Custo	11.429	36.407	16.294	9.324	82.754	13.022	58.986	43.053	178	271.447
Depreciação acumulada	-	(11.574)	(14.044)	(4.363)	(37.987)	(10.306)	(54.178)	(31.099)	-	(163.551)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	11.429	24.833	2.250	4.961	44.767	2.716	4.808	11.954	178	107.896
	Controladora									
	Terrenos	Edifícios	Computadores e periféricos	Instalações	Veículos	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Móveis, utensílios, embalagens e outros (i)	Imobilizado em andamento (ii)	Total
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2021	11.429	25.620	2.545	3.204	22.004	2.584	3.076	11.068	192	81.722
Aquisições	-	-	1.041	1.432	7.204	679	2.213	7.070	179	19.818
Alienações	-	-	-	-	(111)	(9)	(1)	(5)	-	(126)
Transferências (iv)	-	-	-	-	-	-	-	23	(193)	(170)
Depreciação	-	(1.383)	(883)	(563)	(1.815)	(533)	(1.322)	(5.992)	-	(12.491)
Outros	-	-	-	-	-	-	(47)	-	-	(47)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	11.429	24.237	2.703	4.073	27.282	2.721	3.919	12.164	178	88.706
Saldos em 31 de dezembro de 2021										
Custo	11.429	34.566	15.824	7.741	68.020	12.472	56.470	40.642	178	247.342
Depreciação acumulada	-	(10.329)	(13.121)	(3.668)	(40.738)	(9.751)	(52.551)	(28.478)	-	(158.636)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	11.429	24.237	2.703	4.073	27.282	2.721	3.919	12.164	178	88.706

(i) As adições em móveis, utensílios, embalagens e outros no exercício findo estão substancialmente representadas por materiais de embalagens (divisão de logística integrada - segmento industrial).

(ii) O imobilizado em andamento refere-se principalmente a obras e benfeitorias em curso.

(iii) Refere-se a transferência de veículos entre a controladora e a controlada Tegma Logística de Armazéns Ltda.

(iv) Transferência para o intangível, no montante de R\$ 170 em 2021 referente a licença de software.

	Consolidado									
	Terrenos	Edifícios	Computadores e periféricos	Instalações	Veículos	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Móveis, utensílios, embalagens e outros (i)	Imobilizado em andamento (ii)	Total
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2022	63.138	69.413	2.797	7.484	41.813	3.699	5.517	12.406	614	206.881
Aquisições	-	1.863	518	1.964	22.112	1.122	3.816	5.004	37	36.436
Alienações	-	-	-	-	(905)	(15)	(29)	(74)	(11)	(1.034)
Depreciação	-	(3.523)	(973)	(1.207)	(3.015)	(757)	(2.442)	(5.212)	-	(17.129)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	63.138	67.753	2.342	8.241	60.005	4.049	6.862	12.124	640	225.154
Saldos em 31 de dezembro de 2022										
Custo	63.138	89.638	19.519	15.041	112.163	19.246	77.928	43.973	640	441.286
Depreciação acumulada	-	(21.885)	(17.177)	(6.800)	(52.158)	(15.197)	(71.066)	(31.849)	-	(216.132)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2022	63.138	67.753	2.342	8.241	60.005	4.049	6.862	12.124	640	225.154

	Consolidado									
	Terrenos	Edifícios	Computadores e periféricos	Instalações	Veículos	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Móveis, utensílios, embalagens e outros (i)	Imobilizado em andamento (ii)	Total
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2021	63.137	71.971	2.730	6.924	36.699	3.709	4.602	11.699	646	202.117
Aquisições	-	790	1.064	2.024	8.496	831	3.200	7.100	202	23.707
Alienações	-	-	(44)	(400)	(222)	(94)	(62)	(417)	-	(1.239)
Transferências (iii)	-	-	20	-	5	-	-	33	(227)	(169)
Depreciação	-	(3.498)	(970)	(1.064)	(3.170)	(742)	(2.221)	(6.077)	-	(17.742)
Outros	1	150	(3)	-	5	(5)	(2)	68	(7)	207
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	63.138	69.413	2.797	7.484	41.813	3.699	5.517	12.406	614	206.881
Saldos em 31 de dezembro de 2021										
Custo	63.138	87.775	19.005	13.077	95.915	18.139	74.140	41.588	614	413.391
Depreciação acumulada	-	(18.362)	(16.208)	(5.593)	(54.102)	(14.440)	(68.623)	(29.182)	-	(206.510)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2021	63.138	69.413	2.797	7.484	41.813	3.699	5.517	12.406	614	206.881

(i) As adições em móveis, utensílios, embalagens e outros no exercício findo estão substancialmente representadas por materiais de embalagens (divisão de logística integrada - segmento industrial).

(ii) O imobilizado em andamento refere-se principalmente a obras e benfeitorias em curso.

(iii) Inclui transferência para o intangível, no montante de R\$ 169 em 2021 referente a licença de software.

Os montantes de depreciação e amortização foram registrados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	De Janeiro de 2022 a Dezembro de 2022	De Janeiro de 2021 a Dezembro de 2021	De Janeiro de 2022 a Dezembro de 2022	De Janeiro de 2021 a Dezembro de 2021
Depreciação	(12.193)	(12.491)	(17.129)	(17.742)
Amortização	(4.888)	(4.208)	(4.996)	(4.273)
	(17.081)	(16.699)	(22.125)	(22.015)

Os montantes de depreciação e amortização segregados entre custos e despesas foram registrados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	De Janeiro de 2022 a Dezembro de 2022	De Janeiro de 2021 a Dezembro de 2021	De Janeiro de 2022 a Dezembro de 2022	De Janeiro de 2021 a Dezembro de 2021
Custo dos serviços prestados	(13.279)	(13.140)	(18.283)	(18.414)
Despesas gerais e administrativas	(3.802)	(3.559)	(3.842)	(3.601)
	(17.081)	(16.699)	(22.125)	(22.015)

11 Intangível

Política contábil

Reconhecimento e Mensuração

Ágio

O ágio ("goodwill") é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida, sendo registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas ("impairment") e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. Para fins de teste de impairment, o ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Licenças de software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia e suas Controladas, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de reconhecimento são atendidos. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Movimentação do intangível

Controladora

	2022					2021				
	Nortev	Boni Amazon	Ágio	Software	Total	Nortev	Boni Amazon	Ágio	Software	Total
Saldos líquidos em 1º de janeiro	120.877	32.791	153.668	12.298	165.966	120.877	32.791	153.668	10.550	164.218
Aquisições	-	-	-	7.932	7.932	-	-	-	5.792	5.792
Transferências (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	170	170
Amortização	-	-	-	(4.888)	(4.888)	-	-	-	(4.208)	(4.208)
Outros	-	-	-	(15)	(15)	-	-	-	(6)	(6)
Saldos líquidos em 31 de dezembro	120.877	32.791	153.668	15.327	168.995	120.877	32.791	153.668	12.298	165.966
Saldos em 31 de dezembro										
Custo	120.877	34.851	155.728	57.937	213.665	120.877	34.851	155.728	50.020	205.748
Amortização acumulada	-	(2.060)	(2.060)	(42.610)	(44.670)	-	(2.060)	(2.060)	(37.722)	(39.782)
Saldos líquidos em 31 de dezembro	120.877	32.791	153.668	15.327	168.995	120.877	32.791	153.668	12.298	165.966

(i) Transferência do imobilizado, no montante de R\$ 170 em 2021 referente a licença de software.

Consolidado

	2022						2021					
	Nortev	Boni Amazon	TCE	Ágio	Software	Total	Nortev	Boni Amazon	TCE	Ágio	Software	Total
Saldos líquidos em 1º de janeiro	120.877	32.791	6.364	160.032	12.521	172.553	120.877	32.791	6.364	160.032	10.737	170.769
Aquisições	-	-	-	-	8.562	8.562	-	-	-	-	5.895	5.895
Transferências (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	169	169
Amortização	-	-	-	-	(4.996)	(4.996)	-	-	-	-	(4.273)	(4.273)
Outros	-	-	-	-	(15)	(15)	-	-	-	-	(7)	(7)
Saldos líquidos em 31 de dezembro	120.877	32.791	6.364	160.032	16.072	176.104	120.877	32.791	6.364	160.032	12.521	172.553
Saldos em 31 de dezembro												
Custo	120.877	34.851	6.364	162.092	59.007	221.099	120.877	34.851	6.364	162.092	50.460	212.552
Amortização acumulada	-	(2.060)	-	(2.060)	(42.935)	(44.995)	-	(2.060)	-	(2.060)	(37.939)	(39.999)
Saldos líquidos em 31 de dezembro	120.877	32.791	6.364	160.032	16.072	176.104	120.877	32.791	6.364	160.032	12.521	172.553

(ii) Transferência do imobilizado, no montante de R\$ 169 em 2021 referente a licença de software.

Testes por redução ao valor recuperável (*impairment*)

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), identificadas de acordo com o segmento operacional. Os testes do ágio para verificação de *impairment* foram efetuados para os seguintes investimentos considerados relevantes:

	2022	2021
Nortev (automotivo)	120.877	120.877
TCE/Boni Amazon (logística integrada)	39.155	39.155
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A	16.693	16.693
Rabbot Technologies Ltd	5.305	-

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são as que seguem:

	2022	2021
PIB (i)	1,69%	1,68%
Inflação anual (ii)	3,52%	3,51%
Crescimento perpetuidade (iii)	2,00%	2,00%
Taxa de desconto (iv)	15,10%	11,60%
Taxa de desconto (v)	14,42%	14,66%

- (i) Média de projeção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para os próximos 5 anos em 2022 (5 anos em 2021), conforme informações divulgadas pelo Banco Central do Brasil;
- (ii) Média de projeção do crescimento do índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) para os próximos 5 anos em 2022 (5 anos em 2021), conforme projeções divulgadas pelo Banco Central do Brasil;
- (iii) Taxa de crescimento baseada nas projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB);
- (iv) Taxa de desconto nominais apurada conforme avaliação de custo de capital da companhia (Nortev e TCE/Boni).
- (v) Taxa de desconto nominais apurada conforme avaliação de custo de capital da companhia (GDL).

O valor a recuperar calculado com base no valor em uso, das três UGCs, foi superior ao valor contábil, mesmo considerando um cenário com a taxa de desconto aumentando de 1 p.p. e a taxa de crescimento na perpetuidade reduzindo 1 p.p. para as três UGCs. Nesse sentido, não houve necessidade de reconhecimento de perda por *impairment* no ano de 2022.

A Companhia revisa os testes de ágio anualmente.

12 Empréstimos e financiamentos

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas Controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Empréstimos e financiamentos - moeda local		
NCE - Nota de crédito de exportação (a.i)	20.710	82.038
Lei 4.131 (a.ii)	42.905	41.656
CCB (a.iii)	5.315	5.192
Finame (a.iv)	32.810	-
	101.740	128.886
Circulante	59.172	63.886
Não circulante	42.568	65.000
	101.740	128.886

Considerando os empréstimos bancários, o custo médio total da dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2022 foi de CDI + 1,97% (CDI + 2,76% em 31 de dezembro 2021).

a. Empréstimos e financiamentos

i. NCE – Nota de crédito de exportação

Em março de 2019, a Companhia, firmou contrato de empréstimo em Reais com o Banco Bradesco S.A., sem garantia real, no montante de R\$ 30.000, com vencimentos do principal em 3 parcelas iguais (março de 2022, março de 2023 e abril 2024) e pagamentos de juros semestrais a partir de setembro de 2019. Em março de 2022 foi quitada a primeira parcela do principal, restando um montante de R\$ 20.000. A taxa de juros negociada foi de CDI do período mais 1,14% ao ano. A taxa de juros desse contrato em 31 de dezembro de 2022 é de 14,79% ao ano (10,29% em dezembro de 2021). Essa operação não possui qualquer cláusula restritiva (*covenants*).

Em abril de 2020, a Companhia firmou contrato com o Banco Itaú S.A. no montante de R\$ 50.000 com vencimento do principal no final do contrato em abril de 2022 e pagamentos de juros semestrais a partir de outubro de 2020, sem garantias atreladas. A taxa de juros negociada foi de CDI do período mais 3,8% ao ano. Em abril de 2022 esse contrato foi integralmente quitado.

ii. Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962

Em abril de 2020 a Companhia firmou contrato de empréstimo em Reais com o Banco Santander S.A. no montante de R\$ 40.000, com vencimento do principal e juros ao final do contrato em abril de 2021, sem garantias reais atreladas e taxa de juros de CDI do período mais 4,0% ao ano. A operação inclui implicitamente a contratação de instrumento financeiro derivativo de swap de forma a eliminar qualquer exposição cambial. Em abril de 2021, esse contrato foi integralmente quitado.

Em julho de 2020 a Companhia firmou contrato de empréstimo em Reais com o Banco Santander S.A. no montante de R\$ 40.000, com pagamentos de juros semestrais a partir de janeiro de 2021, pagamento do principal no final do contrato em julho de 2023, sem garantia real atrelada e taxa de juros de CDI do período mais 2,66% a.a. A taxa de juros desse contrato é de 16,31% ao ano em 31 de dezembro de 2022 (11,81% em 31 de dezembro de 2021). A operação inclui implicitamente a contratação de instrumento financeiro derivativo de *swap* de forma a eliminar qualquer exposição cambial. Essa operação esta sujeita à antecipação de vencimento caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros:

- Dívida líquida/LAJIDA (i) igual ou inferior a 2,50; e,
- LAJIDA/despesa financeira líquida superior ou igual a 1,50.

(i) LAJIDA - resultado líquido dos últimos 12 meses, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava adimplente com estas cláusulas.

iii. CCB – Cédula de crédito bancário

Em julho de 2020 a Companhia firmou contrato de empréstimo em Reais com o Banco Safra S.A. no montante de R\$ 5.000, com pagamentos de juros semestrais a partir de fevereiro de 2021, pagamento do principal no final do contrato em agosto de 2023, sem garantia real atrelada e taxa de juros de CDI do período mais 2,91% a.a. (a operação é isenta de imposto sobre operações

financeiras (IOF) conforme Decreto 10.414 de 02.07.2020). A taxa de juros desse contrato é de 16,56% ao ano em 31 de dezembro de 2022 (12,06% em 31 de dezembro de 2021). Essa operação está sujeita à antecipação de vencimento caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros:

- Dívida líquida/LAJIDA (i) igual ou inferior a 2,50; e,
 - LAJIDA/despesa financeira líquida superior ou igual a 1,50.
- (i) LAJIDA - resultado líquido dos últimos 12 meses, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava adimplente com estas cláusulas.

iv. BNDES Finame

Em novembro de 2022 a Companhia firmou contrato de empréstimo em Reais com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) na modalidade Finame Direto com crédito aprovado no montante de R\$ 45.000 destinado à aquisição de bens de capital de fabricação nacional.

Em dezembro de 2022 houve a liberação de parte do valor da linha crédito no valor de R\$ 32.568, mediante a comprovação dos investimentos, de renovação de frota própria de cavalos mecânicos. Para essa parcela de captação, a taxa de juros negociada foi de SELIC + 1,50% ao ano, sendo que os juros são semestrais com período de carência de 2 (dois) anos. Após o período de carência a amortização do principal será mensal e o vencimento ocorrerá em dezembro de 2032.

A operação está sujeita à antecipação de vencimento caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros:

- Dívida líquida/LAJIDA (i) igual ou inferior a 2,50; e,
 - LAJIDA/despesa financeira líquida superior ou igual a 1,50.
- (i) LAJIDA - resultado líquido dos últimos 12 meses, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava adimplente com estas cláusulas.

b. Debêntures

Em 2013, a Companhia emitiu debêntures do tipo simples, não conversíveis em ações e da espécie quirografária (1ª emissão R\$ 200.000, e 2ª emissão de R\$ 150.000). Os recursos líquidos obtidos são integralmente destinados a negócios de gestão ordinária da Companhia, como pagamento de dívidas já contraídas pela Companhia e reforço do caixa.

As debêntures têm como característica o pagamento de juros semestrais. Na 1ª emissão, os juros tinham previsão de pagamento nos dias 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano. Já na 2ª emissão, a previsão era de pagamento dos juros nos dias 15 de dezembro e 15 de junho de cada ano.

O valor nominal das debêntures da 1ª emissão, emitidas em duas séries, já foi totalmente amortizado. Na primeira série as amortizações ocorreram em 15 de fevereiro de 2016 (33,33%), 15 de fevereiro de 2017 (33,33%) e 15 de fevereiro de 2018 (33,34%); já na segunda série, as amortizações foram em 15 de fevereiro de 2017 (33,33%), 15 de fevereiro de 2018 (33,33%) e 15 de fevereiro de 2019 (33,34%).

Na 2ª emissão, também emitidas em duas séries, para ambas as séries a primeira amortização ocorreu em 15 de dezembro de 2016 (33,33%) e a segunda amortização, prevista originalmente para 15 de dezembro de 2017, ocorreu de forma antecipada em 28 de setembro de 2017 (33,33%). Com relação a última parcela prevista originalmente para 15 de dezembro de 2018, houve uma repactuação, e o valor correspondente a 33,34 % da emissão, foi prorrogado na proporção de 50% para 31 de julho de 2020, já quitada, e 50 % para 31 de julho de 2021, conforme aprovação por assembleia geral dos debenturistas realizada em 25 de setembro de 2017. A taxa de juros negociada nessa repactuação foi de CDI do período mais 2% ao ano. A taxa de juros desse contrato em julho de 2021 é de 6,15% ao ano (3,90% em 31 de dezembro de 2020). Em julho de 2021, essas debêntures foram integralmente quitadas.

Cronograma dos vencimentos

As parcelas vincendas, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
De 1 a 12 meses	59.172	63.886
De 12 a 24 meses	10.000	55.000
De 25 a 36 meses	4.071	10.000
De 37 a 48 meses	4.071	-
De 49 a 60 meses	4.071	-
De 61 a 72 meses	4.071	-
De 73 a 84 meses	4.071	-
DE 85 a 97 meses	4.071	-
De 98 a 109 meses	4.071	-
De 110 a 121 meses	4.071	-
	101.740	128.886
Circulante	59.172	63.886
Não circulante	42.568	65.000
	101.740	128.886

Movimentações dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Segue a movimentação para o exercício:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Empréstimos e financiamentos		
Saldo em 1º de janeiro	128.886	168.764
Captação	32.568	-
Juros apropriados	11.580	9.565
Pagamento de principal	(60.000)	(40.000)
Juros pagos	(11.294)	(9.443)
Saldo em 31 de dezembro	101.740	128.886
Debêntures		
Saldo em 1º de janeiro		25.047
Juros apropriados		702
Pagamento de principal		(25.005)
Juros pagos		(744)
Saldo em 31 de dezembro		-

13 Arrendamento e direito de uso

Política contábil

O reconhecimento e a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento são efetuados de acordo com o pronunciamento contábil CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento.

Os principais arrendamentos são constituídos por imóveis de terceiros, veículos e equipamentos ligados à operação e possuem vários prazos de vigência, com o último vencimento em dezembro de 2028.

A Companhia e suas controladoras se valerem das isenções previstas, os arrendamentos de curto prazo e os contratos de ativos de baixo valor permanecem sendo contabilizados como "Alugueis e leasing" e podem ser observados na nota explicativa nº 22.

A mensuração inicial dos contratos de arrendamento foi reconhecida pelo valor presente das suas contraprestações à uma taxa de desconto e o ativo de direito de uso em montante equivalente a esse passivo. A taxa nominal utilizada para o cálculo contempla a base de taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro e o spread de endividamento da Companhia.

A remensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso é realizada para os contratos que sofrem alterações e/ou atualizações, e sua remensuração é reconhecida no passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso no mesmo montante. Para os contratos que são reajustados anualmente por índices de inflação e não tiveram mudanças em seus prazos contratuais e em seu escopo, as taxas iniciais são mantidas. Já para os novos contratos, renovações contratuais e/ou alterações no escopo, a taxa é revisada e aplicada a cada contrato, considerando a taxa livre de risco referente ao período de cada contrato, adicionada do spread de endividamento da Companhia no momento da alteração.

A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas nos novos contratos e renovações, levando em conta os prazos contratuais:

Prazo dos contratos	Taxas a.a.	
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
de 1 a 12 meses	8,80%	7,65%
de 13 a 24 meses	11,63%	6,92%
de 25 a 36 meses	14,86%	6,72%
de 37 a 48 meses	15,96%	8,22%
de 49 a 60 meses	15,87%	8,55%

Quando ocorrem modificações no arrendamento que diminuam o âmbito do contrato há a remensuração do ativo de direito uso e do passivo de arrendamento refletindo a extinção parcial ou total do contrato, com isso é reconhecido o ganho ou a perda na demonstração do resultado.

Segue movimentação do ativo de direito de uso para o exercício:

	Controladora						
	2022			2021			
	Imóveis	Veículos	Total	Imóveis	Veículos	Maquinas e equipamentos	Total
Saldos líquidos em 1º de janeiro	52.369	1.153	53.522	54.027	641	190	54.858
Adição	27.866	127	27.993	24.864	1.398	4	26.266
Baixa	-	-	-	(466)	-	-	(466)
Amortização (i)	(27.998)	(704)	(28.702)	(26.055)	(887)	(194)	(27.136)
Saldos líquidos em 31 de dezembro	52.237	576	52.813	52.370	1.152	-	53.522
Saldos em 31 de dezembro							
Custo	142.752	5.045	147.797	118.022	4.022	-	122.048
Amortização acumulada	(90.515)	(4.469)	(94.984)	(65.656)	(2.870)	-	(68.526)
Saldos líquidos em 31 de dezembro	52.237	576	52.813	52.370	1.152	-	53.522
Saldos em 31 de dezembro							
Saldos com terceiros	24.783	576	25.359	37.448	1.152	-	38.600
Saldos com partes relacionadas (ii)	27.454	-	27.454	14.922	-	-	14.922
Saldos líquidos em 31 de dezembro	52.237	576	52.813	52.370	1.152	-	53.522

	Consolidado							
	2022				2021			
	Imóveis	Veículos	Maquinas e equipamentos	Total	Imóveis	Veículos	Maquinas e equipamentos	Total
Saldos líquidos em 1º de janeiro	60.199	1.256	370	61.825	50.627	654	222	51.503
Adição	17.465	138	2.604	20.207	38.787	1.519	2.221	42.527
Baixa	-	-	-	-	(481)	-	(6)	(487)
Amortização (i)	(29.823)	(769)	(2.974)	(33.566)	(28.352)	(929)	(2.437)	(31.718)
Saldos líquidos em 31 de dezembro	47.841	625	-	48.466	60.581	1.244	-	61.825
Saldos em 31 de dezembro								
Custo	147.208	5.154	9.662	162.024	132.886	4.117	7.059	144.062
Amortização acumulada	(99.367)	(4.529)	(9.662)	(113.558)	(72.305)	(2.873)	(7.059)	(82.237)
Saldos líquidos em 31 de dezembro	47.841	625	-	48.466	60.581	1.244	-	61.825
Saldos em 31 de dezembro								
Saldos com terceiros	33.488	625	-	34.113	51.895	1.244	-	53.139
Saldos com partes relacionadas (ii)	14.353	-	-	14.353	8.686	-	-	8.686
Saldos líquidos em 31 de dezembro	47.841	625	-	48.466	60.581	1.244	-	61.825

(i) Em conformidade com a Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, os saldos patrimoniais apresentados na amortização de direito de uso estão brutos de impostos (PIS e COFINS), sendo R\$ 28.702 na Controladora e R\$ 33.566 no Consolidado (R\$ 27.126 na Controladora e R\$ 31.718 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021), enquanto os montantes registrados no resultado são de R\$ 26.432 na Controladora e R\$ 30.970 no Consolidado (R\$ 24.808 na Controladora e R\$ 28.850 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Inclui R\$ 13.102 (R\$ 6.237 em 31 de dezembro de 2021), referente ao direito de uso de arrendamento mercantil de imóveis com a controlada Niyati Empreendimentos e Participações Ltda., conforme nota explicativa nº 26.

Segue movimentação do passivo de arrendamento para o exercício:

Em conformidade com a Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, os saldos patrimoniais apresentados em juros apropriados estão brutos de impostos (PIS e COFINS), sendo R\$ 5.614 na Controladora e R\$ 5.737 no Consolidado (R\$ 4.830 na Controladora e R\$ 5.340 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021), enquanto os montantes registrados no resultado são de R\$ 4.665 na Controladora e R\$ 5.252 no Consolidado (R\$ 4.568 na Controladora e R\$ 5.021 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021).

- (i) Inclui R\$ 13.464 (R\$ 6.983 em 31 de dezembro de 2021), referente ao passivo de arrendamento de imóveis, na controladora, com a controlada Niyati Empreendimentos e Participações Ltda., conforme nota explicativa nº 26.

As parcelas vencíveis apresentam o seguinte cronograma de vencimentos do arrendamento mercantil:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
De 1 a 12 meses	26.995	27.981	33.050	30.845
De 13 a 24 meses	11.360	23.960	10.007	29.383
De 25 a 36 meses	6.975	7.576	5.116	8.544
Acima de 37 meses	12.339	523	5.390	955
	57.669	60.040	53.563	69.727
Circulante	26.995	27.981	33.050	30.845
Não circulante	30.674	32.059	20.513	38.882
	57.669	60.040	53.563	69.727
Saldo com terceiros	29.085	44.255	35.489	60.440
Saldo com partes relacionadas (i)	28.584	15.785	18.074	9.287
	57.669	60.040	53.563	69.727

- (i) Inclui R\$ 13.465 (R\$ 6.983 em 31 de dezembro de 2021), referente ao passivo de arrendamento de imóveis, na controladora, com a controlada Niyati Empreendimentos e Participações Ltda., conforme nota explicativa nº 26.

A Companhia reconhece seus passivos de arrendamento pelo valor presente de suas contraprestações brutas, incluindo potenciais créditos de impostos que usufruirão no momento da quitação de cada parcela do arrendamento. Desse modo o potencial crédito tributário embutido no passivo de arrendamento e no ativo de direito de uso é de:

	Em 31 de dezembro de 2022		Em 31 de dezembro de 2021	
	Nominal	Valor presente	Nominal	Valor presente
Contraprestação do arrendamento	86.614	71.584	88.728	78.581
PIS e COFINS potencial (9,25%) (i)	7.871	5.940	7.454	7.254

- (i) Os contratos de veículos e contratos com pessoas físicas não possuem crédito de PIS e COFINS.

Em conformidade com a Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, a Companhia e suas Controladas não consideram a inflação futura projetada no valor presente dos pagamentos futuros para a mensuração e remensuração dos seus passivos de arrendamento e ativos de direito de uso. Levando em conta que os prazos dos contratos de arrendamento são de no máximo 6 anos, não estimamos impactos relevantes nos saldos apresentados decorrentes das atuais taxas de juros no mercado brasileiro.

14 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	3.496	2.335	4.583	3.185
Imposto de renda retido na fonte (IRRF) de terceiros	46	59	57	68
Imposto predial e territorial urbano (IPTU)	392	-	392	6
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	12.112	9.898	13.384	10.491
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	-	-	-	-
Imposto sobre serviços (ISS)	801	948	1.314	1.490
Programa de integração social (PIS)	754	505	975	689
Outros tributos a recolher	297	225	338	254
	17.898	13.970	21.043	16.183

15 Salários e encargos sociais

Política contábil

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia e suas Controladas possuem plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus.

A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Férias a pagar	10.933	9.252	12.561	11.232
Instituto Nacional de Seguridade Social a pagar	2.631	2.134	3.002	2.609
Gratificações e participação nos lucros a pagar	7.970	7.967	8.444	8.425
Fundo de garantia por tempo de serviço a pagar	713	598	820	726
Outras	1.297	1.222	1.534	1.464
	23.544	21.173	26.361	24.456

(ii) Benefícios pós-emprego

A Companhia e suas Controladas não mantêm planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes.

A lei nº 9.656/98 prevê que os empregados demitidos e/ou aposentados que contribuem com o custeio do plano privado de saúde possuem o direito de utilizar as mesmas condições de cobertura assistencial concedido pela Companhia e suas Controladas conforme as disposições legais.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui o saldo de provisão do passivo atuarial no montante R\$ 2.156 (R\$ 2.726 em 31 de dezembro de 2021).

As principais hipóteses e dados demográficos utilizados na elaboração dos cálculos atuariais são a seguir resumidas:

	2022	2021
Taxa de desconto	10,08%a.a.	9,41%a.a.
Inflação Médica (HCCTR)	7,12%a.a.	7,12%a.a.
Inflação de longo prazo	4,0%a.a.	4,0%a.a.
Taxa de desligamento	26% ao ano	26% ao ano
Tábua de mortalidade geral (suavizada em 10%)	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas

A Companhia efetuou as análises de sensibilidade quantitativas em relação às hipóteses significativas para os seguintes benefícios em 31 de dezembro, conforme demonstrado a seguir:

	2022			
	Taxa de juros		Inflação	
Obrigação Atuarial	1,00%	(1,00%)	1,00%	(1,00%)
	402	(518)	(529)	416

	2021			
	Taxa de juros		Inflação	
Obrigação Atuarial	0,50%	(0,50%)	0,50%	(0,50%)
	(443)	1.014	(1.034)	1.068

A Companhia reconhece as perdas atuariais decorrentes de premissas atuariais diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial, líquido de imposto de renda diferido apenas ao final do exercício, quando é auferido o cálculo atuarial por consultor independente.

16 Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

Política contábil

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação presente em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências existentes, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A mesma sistemática se aplica aos honorários advocatícios sobre as discussões administrativas ou judiciais sobre as referidas obrigações, ou seja, quando provável o êxito da Companhia em determinada discussão, os valores a serem pagos a título de honorários advocatícios são passíveis de provisão. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Quando a Companhia e suas Controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. Os depósitos judiciais são classificados no ativo não circulante e não são compensados com as referidas provisões.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento que totalizavam, em 31 de dezembro de 2022, R\$ 735.560 (R\$ 694.014 em 31 de dezembro de 2021) na Controladora e R\$ 751.087 (R\$ 708.532 em 31 de dezembro de 2021) no Consolidado, e está discutindo estas questões, tanto na esfera administrativa, como na judicial. As quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes valores contemplam todos os processos classificados como prováveis, possíveis e remotos. As provisões para as eventuais perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração na medida em que há expectativa de desembolso futuro, amparada em opinião de seus consultores jurídicos externos.

Os valores mencionados acima são classificados conforme indicado a seguir:

Risco	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Prováveis	24.627	27.802	28.382	30.830
Possíveis	81.541	64.780	88.015	71.761
Remotos	629.392	601.432	634.690	605.941
	735.560	694.014	751.087	708.532

Provisões constituídas com base nas perdas prováveis

As provisões constituídas e correspondentes depósitos judiciais, quando aplicável, estão demonstrados a seguir:

	Controladora			
	Depósitos judiciais		Provisões para demandas judiciais	
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Trabalhistas e previdenciárias	14.213	11.155	(13.160)	(14.546)
Tributárias	1.608	1.608	-	-
Cíveis (i) (ii)	93	2.667	(11.467)	(13.256)
	15.914	15.430	(24.627)	(27.802)

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para demandas judiciais	
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Trabalhistas e previdenciárias	16.879	13.688	(15.728)	(16.508)
Tributárias	1.608	1.608	(122)	(1)
Cíveis (i) (ii)	294	2.876	(12.532)	(14.321)
	18.781	18.172	(28.382)	(30.830)

- (i) Contém provisão decorrente da venda da Direct Express, firmada entre a Companhia e 8M Participações que prevê que a Companhia está obrigada a indenizar a 8M Participações por eventuais demandas judiciais correspondentes a fatos anteriores à data da compra, que superassem no seu valor agregado R\$ 40.000. Por outro lado, a 8M Participações obriga-se a indenizar a Companhia por eventuais demandas judiciais correspondentes a fatos posteriores à data da compra. No exercício de 2017, o montante das obrigações pagas pela 8M Participações indenizáveis pela Companhia superaram o valor agregado. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo das provisões existentes, referente às contingências de conhecimento da Companhia, totaliza R\$ 10.987 (R\$ 13.049 em 31 de dezembro de 2021).
- (ii) Em setembro de 2022, a Companhia obteve êxito na demanda judicial contra um prestador de serviços na área de "Benefícios", desse modo foi deduzido o montante de depósito judicial relativo a essa contingência cível. Adicionalmente, o montante reconhecido da obrigação sob rubrica de mesma natureza na nota explicativa nº 18 item (i).

Abaixo segue a movimentação para o exercício:

	Controladora					
	2022			2021		
	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Total	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Total
Saldo em 01 de janeiro	14.546	13.256	27.802	11.533	18.618	30.151
Constituição	984	5.422	6.406	759	2.938	3.697
Constituição INSS FAP	666	-	666	4.000	-	4.000
Demandas judiciais a pagar	-	(578)	(578)	-	-	-
Baixa por depósito judicial	(837)	-	(837)	(504)	-	(504)
Pagamento	(2.199)	(7.127)	(9.326)	(1.242)	(8.300)	(9.542)
Outros	-	494	494	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro	13.160	11.467	24.627	14.546	13.256	27.802

	Consolidado							
	2022				2021			
	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Cíveis	Total	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Cíveis	Total
Saldo em 01 de janeiro	16.508	1	14.321	30.830	14.353	1	19.524	33.878
Constituição	1.366	9	5.437	6.812	1.139	241	3.101	4.481
Constituição INSS FAP	1.433	-	-	1.433	4.000	-	-	4.000
Demandas judiciais a pagar	(105)	-	(578)	(683)	-	-	(13)	(13)
Baixa por depósito judicial	(1.380)	-	-	(1.380)	(905)	-	-	(905)
Pagamento	(2.430)	-	(7.141)	(9.571)	(2.078)	(240)	(8.293)	(10.611)
Outros (i)	335	(5)	494	824	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro	15.727	5	12.533	28.265	16.509	2	14.319	30.830

(i) Em setembro de 2022, o montante de R\$ 453 foi acrescido ao consolidado por conta da aquisição de participação da Catlog, conforme descrito na nota explicativa nº 9 item (i)

Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda possível classificado pela Administração e por seus consultores legais, conforme demonstramos os montantes abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Trabalhistas e previdenciárias	21.906	21.861	25.277	23.380
Tributárias	49.916	30.877	52.778	36.165
Cíveis	9.719	12.042	9.960	12.216
	81.541	64.780	88.015	71.761

a. Trabalhistas e previdenciárias

Referem-se principalmente, a casos relacionados com operações descontinuadas, bem como casos em que a Companhia responde solidariamente com prestadoras de serviços terceirizados.

b. Tributárias

As principais naturezas das discussões tributárias são:

- Questionamentos relativos a eventuais não recolhimentos de ISS e ICMS; e
- Questionamentos relativos à origem de créditos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS utilizados para compensações de débitos tributários.

A principal demanda decorre de parte de uma cobrança efetuada pela fiscalização do ISS no município de Mauá/SP através de autos de infração emitidos entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018. Em 31 de dezembro de 2022 o montante atualizado dessa parcela da demanda é R\$ 7.571 (R\$ 9.068 em 31 de dezembro de 2021). Em setembro de 2022, a Companhia realizou uma revisão do cálculo de atualização dos valores discutidos, razão pela qual houve uma diminuição parcial dos valores divulgados. Tal valor tem como base apenas a receita auferida pela filial de Mauá/SP e não a receita equivocadamente arbitrada pela fiscalização.

c. Cíveis

As principais ações indenizatórias correspondem a danos materiais, morais e pensionamento em virtude de acidentes de trânsito, envolvendo transportadoras subcontratadas pela Companhia.

Perdas remotas não provisionadas no balanço

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda remota classificado pela Administração e por seus consultores legais, conforme demonstramos os montantes abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Trabalhistas e previdenciárias	15.618	17.359	16.194	18.486
Tributárias	610.886	578.169	615.158	581.127
Cíveis	2.888	5.904	3.338	6.328
	629.392	601.432	634.690	605.941

As principais demandas são:

- A principal demanda na esfera tributária decorre de parcela de uma cobrança efetuada pela fiscalização do ISS no município de Mauá/SP conforme citado acima, com valor total de R\$

553.637 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 545.498 em 31 de dezembro de 2021), no qual o município considerou de forma equivocada a receita bruta total auferida pela Companhia, e não somente a da filial de Mauá/SP que deveria ser a base da respectiva fiscalização. Neste contexto, com base no parecer dos advogados, a Companhia considera como perda remota o valor de R\$ 566.066 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 536.430 em 31 de dezembro de 2021). Em fevereiro de 2018, a defesa da Companhia foi apresentada na esfera administrativa e toda a documentação suporte adicional foi disponibilizada ao município. Em 04 de julho de 2019, a Secretaria de Finanças do município solicitou informações adicionais, as quais foram disponibilizadas em 15 de agosto de 2019. Em agosto de 2021, a Companhia tomou ciência da decisão de 1º instância que manteve integralmente os valores dos autos de infração. A Companhia apresentou os respectivos recursos administrativos em conjunto com um extenso relatório probatório de todas as receitas auferidas por cada filial durante o período fiscalizado com a finalidade de afastar o arbitramento sobre sua receita bruta. Em setembro de 2022, a Companhia realizou uma revisão do cálculo de atualização dos valores discutidos, razão pela qual houve uma diminuição parcial dos valores divulgados. Atualmente, a Companhia aguarda o julgamento desses recursos pela segunda instância administrativa do Município de Mauá.

- Em dezembro de 2017, a Companhia identificou com o apoio de especialistas independentes, oportunidades tributárias referentes a créditos de PIS e COFINS sobre os gastos incorridos na subcontratação de empresas de transporte e itens do imobilizado aos últimos 5 anos de operações. A Companhia realizou a retificação de suas Declarações de Débitos e Créditos de Tributos Federais (DCTF) com a finalidade de alocar esses valores de créditos de PIS e COFINS. Durante o ano de 2018, a Companhia e sua controlada TCE receberam despachos decisórios da Receita Federal do Brasil referentes à não homologação das compensações de débitos tributários dos respectivos créditos. Importante mencionar que não houve questionamento do mérito da origem do crédito, mas sim uma discrepância entre cruzamento de obrigações acessórias. A Companhia apresentou manifestações de inconformidade na esfera administrativa no decorrer do exercício de 2018. Os assessores da Companhia classificaram as chances de perda como “remota”. O valor na Controladora é R\$ 43.769 e no Consolidado R\$ 46.976 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 40.438 na Controladora e R\$ 43.397 no Consolidado, em 31 de dezembro de 2021).

Outros temas

a. Terço constitucional de férias

O Supremo Tribunal Federal - STF finalizou, em 28/08/2020, o julgamento do Recurso Extraordinário 1.072.485/PR (Tema 985 da Repercussão Geral) que considerou constitucional a incidência da contribuição previdenciária patronal (em regra, de 20%) sobre os valores pagos aos empregados a título de terço constitucional de férias. Com base nessa decisão, a Companhia realizou o depósito judicial do valor não recolhido da contribuição no passado em sua ação própria com a finalidade de aguardar a modulação dos efeitos do julgamento do STF, decorrente de pedido realizado em sede embargos de declaração ainda pendente de julgamento.

b. Contribuição sobre salário maternidade

A Companhia possui ação judicial, com ingresso em 2005, para fins de garantir o seu direito de não recolhimento da contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de salário maternidade às suas funcionárias. Com o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, em agosto de 2020, do processo com repercussão geral sobre o tema favorável ao contribuinte, a Companhia obterá muito possivelmente julgamento favorável em seu próprio processo. Dessa forma, a Companhia poderá, a partir do trânsito em julgado favorável em sua ação, realizar a restituição e/ou compensações tributárias dos valores pagos dessa contribuição no passado. Esses valores estão sendo levantados pela Companhia com base em documentos comprobatórios próprios de declarações e recolhimentos.

c. Busca e apreensão – Operação Pacto

No dia 17 de outubro de 2019 a Companhia foi alvo de mandado de busca e apreensão de dados e documentos autorizada pelo Juízo da 1ª Vara Criminal de São Bernardo do Campo, em virtude de investigação que, até então, não era do conhecimento da Companhia, e que foi iniciada por um “Acordo de Leniência Parcial” firmado por uma das empresas concorrentes da Tegma no mercado de transporte de veículos zero quilômetro. A investigação visa apurar suposta ação concertada no transporte de veículos zero quilômetro importados para um cliente da Companhia, do porto de Vitória à Estação Aduaneira do Interior, operação essa encerrada pela empresa em 2015, e que já naquela época representava um volume imaterial frente às receitas para a Companhia. A busca e apreensão em nada

afetou as operações da Companhia.

Em função dos eventos descritos, o Conselho de Administração determinou, em reunião do dia 01 de novembro de 2019, a constituição de um Comitê Independente, composto por três membros e assessorado por escritórios especializados, para conduzir uma investigação profunda e meticulosa dos fatos atribuídos à Companhia, objeto da documentação constante do Acordo de Leniência que deu origem à busca e apreensão mencionada. Em 30 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia recebeu o relatório e parecer final da investigação, o qual concluiu que não há evidências de práticas anticoncorrenciais, tampouco de qualquer ilícito capaz de sustentar as acusações que deram origem à Operação Pacto.

Em setembro de 2022, foi oferecida denúncia na referida Operação. Nenhum dos denunciados integra o quadro de colaboradores da Companhia e nem tampouco houve determinação de qualquer medida patrimonial em face da Tegma.

Com relação ao CADE, não houve qualquer evolução no processo, tendo havido apenas a prorrogação do prazo do Inquérito.

d. Homologação Parcial das Compensações realizadas com créditos de PIS e COFINS

Em fevereiro de 2023, antes da conclusão dessas demonstrações contábeis, a Companhia tomou conhecimento de despacho decisório da Receita Federal que não homologou parte das compensações tributárias realizadas com créditos de PIS e COFINS provenientes da ação judicial, já transitada em julgado, que garantiu o direito de excluir o ICMS das suas respectivas bases de cálculo. Do valor do crédito utilizado de R\$ 103.406 em compensações com débitos tributários, reconhecido nos exercícios de 2019 e 2020, não foram homologados R\$ 17.182, já com incidência de multa e juros. A Companhia apresentou tempestiva defesa contra esse despacho decisório. Os assessores jurídicos da Companhia classificam como possíveis as chances de perda.

Os valores já estão inclusos nos montantes de causas possíveis em 2022, por se tratarem de créditos já utilizados para compensações de débitos tributários em exercícios anteriores.

17 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos ou passivos são mensurados pelo valor estimado a ser compensado ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para o cálculo do imposto são aquelas em vigor nas datas dos balanços. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, está limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os ativos de imposto de renda diferido são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro real futuro.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido, quando aplicável, por provisão, na medida em que deixe de ser provável que haverá lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social no balanço patrimonial são:

	Controladora				Consolidado			
	31 de dezembro 2022		31 de dezembro 2021		31 de dezembro 2022		31 de dezembro 2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Impostos de renda pessoa jurídica (IRPJ)	11.165	(6.293)	9.751	(5.024)	11.693	(7.969)	10.633	(6.586)
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	3.664	(2.659)	3.420	(2.123)	3.490	(3.432)	3.442	(2.738)
	14.829	(8.952)	13.171	(7.147)	15.183	(11.401)	14.075	(9.324)
Circulante	987	(8.952)	252	(7.147)	2.263	(11.401)	1.157	(9.324)
Não circulante (i)	13.842	-	12.919	-	13.842	-	12.919	-
	14.829	(8.952)	13.171	(7.147)	16.105	(11.401)	14.076	(9.324)

- (i) Em setembro de 2021, o Plenário do STF encerrou o julgamento virtual do Recurso Extraordinário nº 1.063.187 favoravelmente aos interesses dos contribuintes ao considerar inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores de taxa básica de juros (SELIC) recebidos em razão de repetição de indébito tributário. A Controladora possui ação própria sobre essa matéria, ainda sem decisão favorável e atrelada ao julgamento no STF. Sobre esse tema, a Controladora possui valores envolvidos que podem ser recuperados, especialmente no que se refere à tributação pelo IRPJ e CSLL, ocorrida em 2019, sobre a atualização dos valores de créditos PIS e COFINS reconhecidos, provenientes do trânsito em julgado de sua ação de repetição decorrentes da exclusão do ICMS de suas respectivas bases de cálculo, conforme mencionado na nota explicativa nº 7 item (i). Com base no resultado do julgamento, a Controladora reconheceu em seu balanço de 30 de setembro de 2021 o montante de R\$ 12.919, em 31 de dezembro de 2022 o saldo é de R\$ 13.842.

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	De janeiro de 2022 a dezembro de 2022	De janeiro de 2021 a dezembro de 2021	De janeiro de 2022 a dezembro de 2022	De janeiro de 2021 a dezembro de 2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	188.236	111.414	207.895	124.386
Alíquota nominal combinada imposto sobre a renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto sobre a renda e contribuição social pela alíquota nominal	(64.000)	(37.881)	(70.684)	(42.291)
Diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	19.187	13.825	3.595	3.143
Incentivos fiscais	7.242	5.296	8.019	5.828
Juros sobre capital próprio	6.231	4.404	6.231	4.404
Outras (i)	2.400	11.035	4.608	12.315
	35.060	34.560	22.453	25.690
Imposto sobre a renda e contribuição social no resultado	(28.940)	(3.321)	(48.231)	(16.601)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(29.171)	3.163	(42.882)	(5.456)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	231	(6.484)	(5.349)	(11.145)
	(28.940)	(3.321)	(48.231)	(16.601)
Alíquota efetiva	15,4%	3,0%	23,2%	13,3%

- (i) Incluir em 2021, R\$ 12.919 em virtude de decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que deliberou sobre a não incidência de imposto de renda e contribuição social correntes sobre a atualização monetária dos créditos reconhecidos relativos a créditos extemporâneos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Prejuízos fiscais				
Imposto de renda com prejuízos fiscais	-	-	4.751	7.620
Base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido	-	-	2.189	2.856
	-	-	6.940	10.476
Diferenças temporárias ativas				
Provisões para PLR e gratificação	2.710	2.709	2.860	2.854
Provisão de créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	271	284	336	301
Provisões para demandas judiciais	8.373	9.453	9.494	10.483
Provisões para fretes a pagar	544	318	1.044	511
Provisão de pedágios a pagar	111	652	185	724
Provisão <i>cut-off</i>	7.166	1.136	8.343	1.136
Passivo atuarial	262	990	262	990
Outras (i)	3.154	6.339	3.519	7.899
	22.591	21.881	26.043	24.898
Diferenças temporárias passivas				
Amortização de ágio fiscal (ii)	(20.459)	(20.459)	(20.459)	(20.459)
Diferença de taxa de depreciação (iii)	(6.130)	(5.788)	(8.807)	(7.960)
Outras	(1.406)	(1.206)	(6.938)	(3.268)
	(27.995)	(27.453)	(36.204)	(31.687)
	(5.404)	(5.572)	(3.221)	3.687

(i) Em setembro de 2022 o montante de R\$ 1.495 foi acrescido ao consolidado por conta da aquisição da participação da Catlog, conforme descrito na nota explicativa nº 9 item (i).

(ii) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos apurado na aquisição de controladas, já amortizado na sua totalidade.

(iii) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre a diferença de depreciação de bens do ativo imobilizado pela aplicação de taxas de depreciação diferentes para fins fiscais e contábeis.

A segregação do imposto de renda e contribuição social diferidos entre ativo e passivo por empresa está apresentado a seguir:

	Consolidado			
	Em 31 de dezembro de 2022			
	Ativo	Passivo	Ativo líquido	Passivo líquido
Tegma Gestão Logística S.A.	22.591	(27.995)	-	(5.404)
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	3.893	(5)	3.888	-
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	59	-	59	-
Tegma Logística de Veículos Ltda.	602	(10)	592	-
Tegma Cargas Especiais Ltda.	5.750	(4.772)	978	-
TegUp Inovação e Tecnologia Ltda.	7	-	7	-
Fastline Logística Automotiva Ltda.	81	49	130	-
	32.983	(32.733)	5.654	(5.404)

	Consolidado			
	Em 31 de dezembro de 2021			
	Ativo	Passivo	Ativo líquido	Passivo líquido
Tegma Gestão Logística S.A.	21.881	(27.453)	-	(5.572)
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	5.221	(3)	5.218	-
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	59	-	59	-
Tegma Logística de Veículos Ltda	470	(6)	464	-
Tegma Cargas Especiais Ltda.	7.742	(4.225)	3.517	-
Fastline Logística Automotiva Ltda.	1	-	1	-
	35.374	(31.687)	9.259	(5.572)

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldos em 01 de janeiro	(5.572)	755	3.687	14.675
Constituição – efeito resultado	231	(5.621)	(5.349)	(8.847)
Tributos diferidos sobre passivo atuarial	(63)	-	(63)	-
Outros (i)	-	-	(1.496)	-
Saldos em 31 de dezembro	(5.404)	(4.866)	(3.221)	5.828

- (i) Em setembro de 2022 o montante de R\$ 1.495 foi acrescido ao consolidado por conta da aquisição da participação da Catlog, conforme descrito na nota explicativa nº 9 item (i).

A Companhia possui a seguinte expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
De 1 a 12 meses	4.518	4.377	10.544	13.839
De 13 a 24 meses	4.518	4.376	6.345	6.422
De 25 a 36 meses	4.518	4.376	5.483	5.137
De 37 a 48 meses	4.518	4.376	5.219	4.988
Acima de 48 meses	4.519	4.376	5.392	4.988
	22.591	21.881	32.983	35.374

18 Demais contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Movimentação de veículos e cargas	1.249	1.157	2.180	1.645
Pedágio	2.241	1.923	2.485	2.165
Aluguel	2.395	806	3.137	573
Seguros	8.841	6.062	9.681	6.611
Comunicação dados e voz	186	594	198	615
Benefícios (i)	4.954	5.480	5.469	6.385
Serviços de consultoria	2.052	1.981	4.295	2.713
Manutenções diversas	1.747	1.266	2.114	1.595
Combustível	2	496	7	515
Impostos e taxas	3	7	26	31
Vigilância	1.780	2.489	1.968	2.643
Outros (ii)	2.860	1.295	7.566	1.566
	28.310	23.556	39.126	27.057
Circulante	28.310	23.556	39.126	27.057
	28.310	23.556	39.126	27.057

- (ii) Em setembro de 2022, a Companhia obteve êxito na demanda judicial contra um prestador de serviços na área de "Benefícios", desse modo foi deduzido o montante relativo a essa obrigação, conforme descrito na nota explicativa nº 16 item (i).
- (iii) Inclui em 2022, montante de R\$ 2.883 referente a provisão de pagamento para antigo acionista, conforme mencionando na nota explicativa nº23 item (iv).

19 Patrimônio líquido

Política contábil

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido em uma conta redutora do capital, líquidos de impostos.

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio referente ao montante mínimo obrigatório, conforme o Estatuto Social da Companhia, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral, sendo destacado em conta específica no patrimônio líquido denominada de "Dividendo adicional proposto". O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. Quando deliberados pelo Conselho de Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período.

a. Capital social

O capital social da Companhia, totalmente integralizado, é de R\$ 318.524, dividido em 66.002.915 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia é constituída da seguinte forma:

Categoria	Quantidade de ações	% Total
Mopia Participações e Empreendimentos Ltda.	15.396.481	23%
Cabana Empreendimentos e Participações Ltda.	4.817.704	7%
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.	13.207.034	20%
Outros acionistas (pessoa física)	515.073	1%
Administradores	101	-
Tesouraria	65.143	-
Controladores, administradores e tesouraria	34.001.536	52%
Ações em circulação	32.001.379	48%
Total de ações	66.002.915	100%

b. Reservas de Lucro

Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui crédito presumido de ICMS no montante de 20% sobre o valor do débito do imposto, nos termos do Convênio CONFAZ ICMS 106/1996. O montante do crédito apurado foi R\$ 21.298 em 2022 (R\$ 15.485 em 2021). Esses montantes foram equiparados a uma subvenção de investimento, por meio da Lei Complementar nº160/2017 e destinados para reserva de incentivos fiscais, nos termos do art. 195-A da Lei 6.404/76 e § 4º e 5º no artigo 30 da Lei 12.973/2014.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos e remuneração de acionistas, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância do artigo 196, das Leis das Sociedades por Ações.

c. Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021, o saldo de ações em tesouraria corresponde a 65.143 ações ordinárias, no montante de R\$ 343.

d. Dividendos e juros sobre capital próprio

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado; e,
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo adicional proposto". Quando deliberados pelo Conselho de Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2010, foi aprovada a adoção da política indicativa de distribuição de dividendos da Companhia, para que as futuras distribuições de dividendos, inclusive juros sobre o capital próprio, sejam realizadas no mínimo em valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, calculado conforme disposto nos artigos 193 a 203 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, as práticas contábeis brasileiras e as regras da Comissão de Valores Mobiliários.

O cálculo dos dividendos referente ao exercício de 2022 e 2021 é assim demonstrado:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro atribuível aos acionistas controladores	159.296	108.093
Reserva legal	(7.965)	(5.405)
Reserva de incentivos fiscais	(21.298)	(15.485)
Base de cálculo	<u>130.033</u>	<u>87.203</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>32.508</u>	<u>21.801</u>
Dividendos intercalares pagos	38.883	29.456
Juros sobre capital próprio intercalares pagos	12.740	9.819
Dividendos adicionais propostos	29.672	16.754
Juros sobre capital próprio adicionais propostos	9.891	5.585
	<u>91.187</u>	<u>61.614</u>
Porcentagem sobre a base de cálculo	<u>70%</u>	<u>71%</u>

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de abril de 2021, foi aprovada a proposta da Administração de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que resultou na distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio complementares de R\$ 12.541, aos acionistas da Companhia, sendo R\$ 9.406 em dividendos e R\$ 3.135 em juros sobre capital próprio, ambos pagos em 27 de abril de 2021.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de agosto de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$ 16.618 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R\$ 5.539 referente ao exercício de 2021, ambos pagos em 19 de agosto de 2021.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de novembro de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$ 12.869 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R\$ 4.280 referente ao exercício de 2021, ambos pagos em 18 e 19 de novembro de 2021.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de abril de 2022, foi aprovada a proposta da Administração e destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que resultou na distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio complementares de R\$ 22.339, aos acionistas da Companhia, sendo R\$ 16.754 em dividendos e R\$ 5.585 em juros sobre capital próprio, ambos pagos no dia 27 de abril de 2022.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de agosto de 2022, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$ 18.442 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R\$ 6.147 referente ao primeiro semestre do exercício de 2022, ambos pagos em 18 de agosto de 2022.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de novembro de 2022, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$ 20.441 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R\$ 6.593 referente ao terceiro trimestre do exercício de 2022, ambos pagos em 18 de novembro de 2022.

Em reunião realizada em 9 de março de 2023 os membros do Conselho de Administração da Companhia manifestaram-se favoravelmente sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e recomendaram sua aprovação à Assembleia Geral da Companhia.

e. Pagamento baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2011, foi aprovado o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia para executivos da Companhia. As ações objeto do plano deverão ser provenientes:

- Da emissão de novas ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado da Companhia, conforme deliberação do Conselho de Administração; e/ou,
- Das ações ordinárias mantidas em tesouraria.

Atualmente não há programa de pagamento baseado em ações em aberto.

f. Passivo atuarial

Decorre de ganhos e perdas decorrentes de provisão de benefícios pós-emprego. Esse componente é reconhecido como outros resultados abrangentes no grupo de ajustes de avaliação patrimonial.

20 Informações por segmento de negócio

Política contábil

A Companhia classifica suas análises de negócios em:

- **Logística automotiva:** divisão que realiza transferência e distribuição de veículos zero-quilômetro e usados, transferências portuárias e gestão de estoques e de pátios de montadoras de veículos e serviços de preparação de veículos para venda, composto pela Controladora e suas Controladas Tegmax, Tech Cargo, TLV, Niyati, Fastline, Catlog; e,
- **Logística integrada:** divisão que realiza operações de transporte, armazenagem e gestão de estoque, para diversos segmentos de mercado como químico, eletrodoméstico e bens de consumo, composta por suas controladas TCE e TLA. A Companhia inaugurou em 2018 a Corporate Venture chamada de TegUp para fins de divulgação consideramos na divisão logística integrada.

- (i) R\$ 18.283 em 2022 (R\$ 18.414 em 2021) refere-se a parcela da depreciação atribuída ao custo dos serviços prestados e R\$ 3.842 em 2022 (R\$ 3.601 em 2021) atribuída a despesas gerais administrativas, totalizando R\$ 22.125 em 2022 (R\$ 22.015 em 2021), conforme nota explicativa nº 22.
- (ii) R\$ 30.316 em 2022 (R\$ 28.137 em 2021) refere-se a parcela da amortização atribuída ao custo dos serviços prestados e R\$ 654 em 2022 (R\$ 713 em 2021) atribuída a despesas gerais administrativas, totalizando R\$ 30.970 em 2022, (R\$ 28.850 em 2021) conforme nota explicativa nº 22.

As receitas dos 7 maiores clientes representaram aproximadamente 84% do total das receitas em 2022 (75% em 2021).

Os serviços prestados pela divisão de logística automotiva e logística integrada são todos para clientes baseados em território nacional.

21 Receita líquida dos serviços prestados

Política contábil

A Companhia e suas Controladas prestam serviços com foco nas áreas de gestão logística, transporte e armazenagem em diversos setores da economia, tais como: automotivo, bens de consumo, químico e eletrodomésticos. A receita de transporte é reconhecida ao longo do tempo, com base na estimativa da duração do percurso, (proporcionalmente à evolução das viagens). A receita de armazenagem é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Os preços de serviços são determinados com base em acordos ou conforme contratos. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas.

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	De Janeiro de 2022 a Dezembro de 2022	De Janeiro de 2021 a Dezembro de 2021	De Janeiro de 2022 a Dezembro de 2022	De Janeiro de 2021 a Dezembro de 2021
Serviços logísticos	1.404.806	1.038.276	1.687.357	1.251.437
Serviços de armazenagem	-	-	4.524	2.803
	1.404.806	1.038.276	1.691.881	1.254.240
Descontos, seguros e pedágio	(76.820)	(66.507)	(82.712)	(72.163)
	1.327.986	971.769	1.609.169	1.182.077
Impostos incidentes	(199.626)	(146.521)	(238.660)	(174.734)
	1.128.360	825.248	1.370.509	1.007.343

22 Despesas por função e por natureza

A reconciliação das despesas por função é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	De janeiro de 2022 a dezembro de 2022	De janeiro de 2021 a dezembro de 2021	De janeiro de 2022 a dezembro de 2022	De janeiro de 2021 a dezembro de 2021
Custo dos serviços prestados	(906.495)	(671.728)	(1.095.830)	(819.405)
Despesas gerais e administrativas	(80.718)	(75.599)	(82.464)	(76.483)
Despesas comerciais	(515)	(503)	(1.815)	(1.266)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(215)	(874)	(407)	(1.139)
	(987.943)	(748.704)	(1.180.516)	(898.293)

As despesas são apresentadas nos resultados individuais e consolidados por natureza, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	De janeiro de 2022 a dezembro de 2022	De janeiro de 2021 a dezembro de 2021	De janeiro de 2022 a dezembro de 2022	De janeiro de 2021 a dezembro de 2021
Serviços de fretes – agregados	(768.309)	(555.261)	(908.122)	(657.749)
Salários	(69.467)	(60.972)	(83.507)	(73.020)
Encargos sociais	(40.848)	(32.969)	(48.479)	(40.520)
Serviços terceirizados (i) (ii)	(47.262)	(42.166)	(53.377)	(47.474)
Aluguéis e leasing	(5.223)	(2.237)	(5.732)	(2.486)
Depreciação e amortização	(17.081)	(16.699)	(22.125)	(22.015)
Amortização direito de uso	(26.432)	(24.808)	(30.970)	(28.850)
Benefícios a empregados	(20.140)	(17.815)	(25.228)	(22.874)
Custos variáveis	(6.148)	(5.075)	(14.385)	(9.123)
Outros gastos gerais	(12.042)	(8.542)	(15.205)	(11.613)
Manutenção	(16.427)	(13.663)	(23.698)	(19.360)
Combustíveis e lubrificantes	(15.622)	(9.804)	(19.245)	(14.060)
Utilidades	(3.150)	(3.040)	(3.501)	(3.411)
Comunicação	(2.358)	(2.365)	(2.539)	(2.630)
Outros gastos com pessoal	(7.441)	(4.141)	(8.729)	(4.630)
Custos rescisórios	(1.620)	(1.817)	(2.032)	(2.502)
Materiais	(3.383)	(2.024)	(3.616)	(2.220)
Despesa de viagem	(2.766)	(1.150)	(3.019)	(1.195)
Indenização de extravio	(459)	(1.647)	(459)	(1.646)
Contribuições e doações	(725)	(314)	(740)	(321)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(215)	(874)	(407)	(1.139)
Crédito PIS/COFINS	79.175	58.679	94.599	70.545
	(987.943)	(748.704)	(1.180.516)	(898.293)

(i) Inclui em 2022, o montante de R\$ 896 referente aos honorários advocatícios sobre a ação de exclusão do ICMS nas apurações de PIS e COFINS, conforme citado na nota explicativa nº 7 item (iii).

(ii) Inclui em 2021 o montante de R\$ 1.159, em 2021, referente a gastos com terceiros durante a avaliação de proposta de Combinação de Negócios recebida em julho de 2021.

23 Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	De janeiro de 2022 a dezembro de 2022	De janeiro de 2021 a dezembro de 2021	De janeiro de 2022 a dezembro de 2022	De janeiro de 2021 a dezembro de 2021
Créditos extemporâneos (i) (ii)	-	-	9.187	5.732
Recuperação de despesas	1.319	559	1.333	562
Ajustes de estoques	(2)	-	(23)	(17)
(Perda) ganho na venda de ativo imobilizado líquido	(50)	58	(184)	(414)
Baixa direito de uso / arrendamento	-	-	-	3
Constituição de provisões para demandas judiciais e indenizações pagas (iii)	(6.406)	(3.936)	(6.812)	(4.481)
Ganho na compra/venda de participação acionária (iv) (v)	847	-	847	2.592
Outras receitas (despesas) operacionais (vi) (vii)	(248)	5.962	(3.732)	5.139
	(4.540)	2.643	616	9.116

- (i) Em dezembro de 2022 a controlada Catlog Logística de Transportes S.A. registrou um crédito adicional decorrente da diferença entre a metodologia da exclusão do ICMS “destacado” e “efetivamente pago”, conforme nota explicativa nº 7 item (iii)
- (ii) Em 2021 montante reconhecido na controlada Tegma Cargas Especiais Ltda., conforme nota explicativa nº 7 item (ii)
- (iii) Em setembro de 2022, a Companhia realizou uma provisão adicional para contingências judiciais cíveis relacionada à antiga controlada Direct Express, no montante R\$ 6.645, valor esse incluído no saldo apresentado na nota explicativa nº 16 item (i).
- (iv) Resultado na compra da controlada Catlog Logística de Transporte S.A. conforme nota explicativa nº 9 item (ii).
- (v) Inclui em 2021, ganho na alienação da participação da controlada TegUp Inovação e Tecnologia Ltda. na coligada Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A de R\$ 2.592.
- (vi) Inclui em 2022, montante de R\$ 2.883 referente a provisão de pagamento para antigo acionista.
- (vii) Em 2021, inclui R\$ 6.527 referente ao ressarcimento em função da modificação de condições de contrato comercial e também recebimento referente ao direito de administração da folha de pagamento dos colaboradores.

24 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	De janeiro de 2022 a dezembro de 2022	De janeiro de 2021 a dezembro de 2021	De janeiro de 2022 a dezembro de 2022	De janeiro de 2021 a dezembro de 2021
Receitas financeiras				
Juros ativos (i) (ii)	3.390	857	9.474	4.927
Atualização monetária INSS FAP	626	3.546	1.393	3.546
Receita de aplicação financeira	10.610	7.646	17.632	9.782
Outras	201	4	204	5
	14.827	12.053	28.703	18.260
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos bancários	(11.580)	(10.267)	(11.580)	(10.267)
Despesas bancárias	(1.529)	(1.379)	(1.601)	(1.423)
Perdas cambiais	(591)	(38)	(591)	(36)
Juros sobre arrendamento mercantil	(4.665)	(4.568)	(5.252)	(5.021)
Atualização monetária INSS FAP	(626)	(3.546)	(1.393)	(3.546)
Juros passivos	833	(253)	723	(280)
Outras despesas financeiras	(741)	(437)	(2.296)	(710)
	(18.899)	(20.488)	(21.990)	(21.283)
	(4.072)	(8.435)	6.713	(3.023)

- (i) Inclui montante de R\$ 6.174 referente a atualização monetária sobre crédito adicional registrado na controlada Catlog Logística de Transporte S.A., conforme nota explicativa nº 7 item (iii)
- (ii) Inclui em 2021, montante de R\$ 3.246 oriundo da atualização monetária do principal do crédito referente à exclusão do ICMS nas apurações de PIS e COFINS na controlada Tegma Cargas Especiais Ltda, conforme citado na nota explicativa nº 7 item (ii).

25 Resultado por ação

a. Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício:

	De janeiro de 2022 a dezembro de 2022	De janeiro de 2021 a dezembro de 2021
Lucro atribuível aos acionistas controladores	159.296	108.093
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	65.937.772	65.937.772
Lucro básico por ação em Reais	2,42	1,64

b. Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (excluídas as ações em tesouraria), para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos.

Em 2022 e 2021, a Companhia não possui qualquer fator diluidor em relação ao básico. Dessa forma, o lucro diluído por ação em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é igual ao lucro básico por ação, de R\$ 2,42 e R\$ 1,64, respectivamente.

26 Partes relacionadas

A Companhia realiza no curso normal de seus negócios, operações de transportes, aluguel de imóveis, entrega e inspeção de pré-entrega (*Pre-Delivery Inspection - PDI*) com partes relacionadas a preços, prazos, encargos financeiros e demais condições compatíveis com as condições de mercado. A Companhia também realiza rateio de custos e despesas operacionais.

a. Transações com empresas relacionadas

Balanço patrimonial

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Ativo Circulante				
Partes relacionadas				
Grupo Itavema (i)	-	-	3	-
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	34	34
GDL Logística Integrada S.A. (iii)	-	-	-	59
Tegma Cargas Especiais Ltda.	50	1.815	-	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	35	37	-	-
Tegma Logística de Veículos Ltda	69	200	-	-
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda	-	20	-	-
Tegup Inovação e Tecnologia Ltda.	-	101	-	-
Catlog Logística de Transporte S.A.	1	1	-	1
Rabbot Serviços de Tecnologia S.A.	69	-	69	-
Fastline Logística Automotiva Ltda.	725	252	-	-
Outros	-	-	75	-
	949	2.426	181	94
Dividendos a receber				
Tegma Cargas Especiais Ltda.	-	1	-	-
Tegma Logística de Veículos Ltda	-	662	-	-
	-	663	-	-
Total do ativo circulante	949	3.089	181	94
Ativo Não Circulante				
Realizável a longo prazo				
Partes relacionadas				
GDL Logística Integrada S.A. (iii)	1.115	1.115	1.115	1.115
Títulos e valores mobiliários				
Rabbot Serviços de Tecnologia Ltda. (iv)	-	-	-	3.636
	1.115	1.115	1.115	4.751
Direito de uso				
GDL Logística Integrada S.A. (iii)	603	74	603	74
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	13.102	6.237	-	-
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda. (ii)	13.750	8.612	13.750	8.612
	27.455	14.923	14.353	8.686
Total ativo não circulante	28.570	16.038	15.468	13.437
Total do ativo	29.519	19.127	15.649	13.531

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Passivo				
Passivo circulante				
Arrendamento mercantil				
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	2.246	4.995	-	-
GDL Logística Integrada S.A. (v)	564	166	564	166
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda. (ii)	2.860	4.307	2.860	4.307
	5.670	9.468	3.424	4.473
Partes relacionadas				
Grupo Itavema (i)	7	5	6	5
Tegma Logística de Armazéns Ltda	154	279	-	-
GDL Logística Integrada S.A.	173	71	180	89
Tegma Logística de Veículos Ltda	100	3	-	-
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	529	-	-	-
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda.	404	-	404	-
Tegma Cargas Especiais Ltda.	-	4	-	-
Rabbot Serviços de Tecnologia S.A.	179	47	216	47
Fastline Logística Automotiva Ltda.	-	3	-	-
	1.546	412	806	141
Total do passivo circulante	7.216	9.880	4.230	4.614
Passivo não circulante				
Arrendamento mercantil				
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	11.218	1.988	-	-
GDL Logística Integrada S.A. (v)	51	-	51	-
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda. (ii)	11.644	5.043	11.644	5.043
	22.913	7.031	11.695	5.043
Partes relacionadas				
GDL Logística Integrada S.A. (iii)	504	532	524	551
Total do passivo não circulante	23.417	7.563	12.219	5.594
Total do passivo	30.633	17.443	16.449	10.208

Demonstração do resultado exercício

	Controladora		Consolidado	
	De janeiro de 2022 a dezembro de 2022	De janeiro de 2021 a dezembro de 2021	De janeiro de 2022 a dezembro de 2022	De janeiro de 2021 a dezembro de 2021
Receita de serviços prestados				
Grupo Itavema (i)	8	209	8	217
Fastline Logística Automotiva Ltda.	2.253	620	-	17
	2.261	829	8	234
Despesas gerais e administrativas				
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda.	(5.637)	(5.038)	-	-
GDL Logística Integrada S.A. (iii) (v)	(593)	(1.178)	(593)	(1.196)
Tegma Cargas Especiais Ltda.	(5)	(4)	-	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	(684)	(594)	-	-
TegUp Inovação e Tecnologia Ltda.	-	(3)	-	-
Tegma Logística de Veículos Ltda.	(1.052)	-	-	-
Fastline Logística Automotiva Ltda.	(8)	(26)	-	-
Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A.	-	(10)	-	(39)
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda. (ii)	(4.817)	(4.057)	(4.817)	(4.057)
Rabbot Serviços de Tecnologia S.A.	(562)	(559)	(585)	(559)
Fundação Otacilio Coser (vi)	(113)	(98)	(183)	(116)
	(13.471)	(11.567)	(6.178)	(5.967)
Outras receitas operacionais				
Grupo Itavema (i)	1	25	1	25
GDL Logística Integrada S.A. (iii) (v)	263	91	291	211
Tegma Cargas Especiais Ltda.	2.087	236	-	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	901	179	-	-
Fastline Logística Automotiva Ltda.	841	89	-	-
Tegma Logística de Veículos Ltda.	328	-	-	-
Tegmax Com. Serv. Automotivos Ltda.	2	-	-	-
Catlog Logística de Transporte S.A.	14	-	-	-
	4.437	620	292	236
Resultado financeiro				
Tegma Logística de Veículos Ltda. (vii)	1.367	-	-	-
	(5.406)	(10.118)	(5.878)	(5.497)

- (i) A Companhia mantém contrato de prestação de serviços de armazenamento, transporte, revisão e entrega de veículos, bem como de revisão, entrega e inspeção de pré-entrega (Pre-Delivery Inspection - PDI) com algumas empresas do Grupo Itavema, empresas essas, relacionadas de forma direta e/ou indireta com a Companhia, através da sua Controladora Mopia Participações e Empreendimentos Ltda. ("Mopia");
- (ii) A Companhia mantém com a Pactus Empreendimentos e Participações Ltda., sociedade sob controle comum da Companhia, contrato de locação de imóveis comerciais localizados em São Bernardo do Campo-SP e Gravataí-RS, dessa forma esse contrato enquadra-se na nova norma CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil;
- (iii) Conforme negociação entre a Companhia e a Holding Silotec na formação do empreendimento controlado em conjunto, parte dos ativos da antiga controlada Tegma Logística Integrada S.A. deverão ser reembolsados à Tegma Gestão Logística S.A. conforme sua realização. Do mesmo modo parte dos passivos deverão ser pagos pela Tegma Gestão Logística S.A. Parte dos valores negociados na formação da joint venture foi recebido em maio de 2019;
- (iv) Em 1º de agosto de 2019 foi aprovado investimento, através da subscrição de debêntures conversíveis em ações, na empresa Rabbot, empresa de tecnologia em estágio inicial de operação que desenvolve solução de automação de mobilidade, organização e otimização de processos de gestão de frota. O investimento autorizado e já realizado foi de R\$ 3.200 (R\$ 3.636 em 31 de dezembro de 2021), através da controlada direta TegUp. No dia 02 de maio de 2022 houve a conversão das debêntures da Rabbot Serviços de Tecnologia S.A. em ações, conforme descrito na nota explicativa 9.
- (v) A Controladora mantém com a GDL Logística Integrada S.A., sociedade sob controle comum da Companhia, contrato de locação de imóveis comerciais localizados em Cariacica-ES, dessa forma esse contrato enquadra-se na nova norma CPC

06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil; e,

- (vi) A Companhia disponibilizou recursos à Fundação Otacilio Coser (FOCO). A FOCO atua desde 1999 no fortalecimento dos elos entre comunidades, escolas e empresas por meio de programas de desenvolvimento de Comunidades Sustentáveis, Rede Escolar e Blend Program. A Fundação é mantida pela COIMEXPAR, holding do Grupo COIMEX (controladora da Tegma), e atua em comunidades em São Paulo e no Espírito Santo.
- (vii) Em 1º de outubro de 2021 e em 27 de maio de 2022, a Tegma Gestão Logística S.A, como mutuante, e a Tegma Logística de Veículos Ltda., como mutuária, celebraram contratos de mútuos nos montantes de R\$ 28.974 e R\$ 1.053 respectivamente. Ambos os contratos foram liquidados até 30 de junho de 2022.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o presidente, os conselheiros, os diretores estatutários e eventuais pessoas relacionadas à acionistas controladores indiretos. A remuneração paga ou a pagar por serviços na condição de empregados está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	De janeiro de 2022 a dezembro de 2022	De janeiro de 2021 a dezembro de 2021
Salários e encargos	(7.120)	(5.030)
Honorários de diretoria (Conselheiros)	(3.599)	(3.198)
Participação nos lucros	(3.284)	(2.864)
	(14.003)	(11.092)

27 Seguros

A Companhia e suas Controladas mantêm seguros, sendo a cobertura contratada, como indicado a seguir, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades:

- Transporte de cargas - cobertura variando, conforme natureza e tipo de transporte, cobertura de até R\$ 1.700 para carga geral e para veículos de acordo com o modelo transportado, com vigência de 30 de junho de 2022 até 31 de julho de 2023;
- Armazenagem de mercadorias, essa cobertura, de forma variável, conforme local e tipo de mercadoria, ficou estipulada equivalente a R\$ 170.000, com vigência de 6 de junho de 2022 até 6 de junho de 2023;
- Responsabilidade civil contra terceiros danos materiais, corporais, morais e acidentes pessoais - cobertura até R\$1.000, e no caso de frota de terceiros a cobertura é a mesma, com vigência de 30 de junho de 2022 até 30 de junho de 2023;
- Frota de apoio - casco colisão, roubo e incêndio - 100% do valor de mercado tabela FIPE, vigência de 25 de janeiro 2023 até 25 de janeiro de 2024;
- Demais bens do ativo imobilizado, incêndio, raio, explosão, furto qualificado, danos elétricos e outros - cobertura compreensiva corporativa de R\$ 54.100 com vigência de 19 de agosto de 2022 até 19 de agosto de 2023;
- Responsabilidade civil de administradores - cobertura de R\$ 80.000 com vigência de 29 de dezembro de 2022 até 29 de dezembro de 2023;
- Seguro de Responsabilidade Riscos Ambientais – Cobertura R\$ 5.000 com vigência 30 de setembro de 2022 a 30 de setembro de 2023; e,
- Seguro de Proteção de dados e Responsabilidade Cibernética (Cyber Edge) - Cobertura R\$ 20.000, com vigência 30 de setembro de 2022 a 30 de setembro de 2023.

A Administração da Companhia, considerando os custos financeiros envolvidos na contratação de seguros para sua frota de caminhões e semirreboques, bem como a probabilidade da ocorrência de sinistros e seus eventuais impactos financeiros na operação, adota a política de não contratar essa proteção, mantendo, todavia, seguros para o ramo da responsabilidade civil contra terceiros, como mencionado anteriormente.

28 Informação suplementar das demonstrações dos fluxos de caixa

A preparação e apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, é efetuada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa.

Abaixo estão apresentadas suas informações adicionais:

	Controladora		Consolidado	
	De janeiro de 2022 a dezembro de 2022	De janeiro de 2021 a dezembro de 2021	De janeiro de 2022 a dezembro de 2022	De janeiro de 2021 a dezembro de 2021
Aquisições de imobilizado não pagas	13.851	1.403	14.123	1.515
Aquisições de imobilizado de períodos anteriores pagas no período corrente	-	1.425	52	1.668
Receita na venda imobilizado não recebida	344	-	344	-
Aquisições de intangível não pagas	731	632	826	633
Aquisições de intangível de períodos anteriores pagas no período corrente	-	126	-	126
Compensações de Imposto de renda e contribuição social correntes	10.592	10.098	22.950	10.092
Novos contratos de arrendamento	7.376	24.410	9.933	40.575
Atualização monetária INSS FAP	626	-	1.393	-
Dividendos não recebidos	-	11.781	-	-

29 Evento subsequente

Organização societária

Com o intuito de realizar a simplificação de sua estrutura societária e obter ganhos operacionais e financeiros em sua utilização de ativos, em janeiro de 2023 a controlada Tegma Logística de Veículos Ltda. foi incorporada pela controlada Catlog Logística de Transportes S.A.

Decisão STF sobre “coisa julgada” em matéria tributária

Tema 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297

Limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado.

Tema 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227

Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado.

Os ministros que participaram destes julgamentos concluíram que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização definitiva da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos que não terá impactos em razão dessa decisão pelo fato de não possuir ação transitada em julgada em matéria tributária que possui análise posterior contrária pelo Supremo Tribunal Federal. Todas as principais teses em que a Companhia possui direito adquirido pelo trânsito em julgado estão vinculadas às decisões do Supremo em controle de repercussão geral.

Diante dos fatos supracitados, a decisão do STF não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

